



Arquitectura Popular ou Vernácula?

O Caso da Serra da Estrela

João José Figueiredo Almeida Lavrador de Sousa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitectura

Orientador

Professor Doutor João Rosa Vieira Caldas

Júri

Presidente: Professor Doutor António Salvador de Matos Ricardo da Costa

Orientador: Professor Doutor João Rosa Vieira Caldas

Vogal: Professora Doutora Maria Alexandra De Lacerda Nave Alegre

Outubro de 2021

Imagens da capa, da esquerda para a direita,

Vão de janela em parede de alvenaria de granito, em Vila Soeiro.

Vão de janela em parede de alvenaria mista de granito e xisto, em Valhelhas.

Vão de janela em parede de alvenaria de xisto, em Verdelhos.

Declaração

Declaro que o presente documento é um trabalho original da minha autoria e que cumpre todos os requisitos do Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa.

Agradecimentos

Aos meus pais, por sempre me proporcionarem todas as ferramentas necessárias para atingir com sucesso os meus objectivos. A eles devo a minha educação e formação, que agora culminam neste trabalho. A eles e à minha irmã, por serem sempre o meu porto de abrigo.

À minha família, em particular à minha madrinha, à minha tia e às minhas primas, por se mostrarem sempre presentes. Aos meus avós, pelos mimos.

Aos meus amigos, os de Seia e os de Lisboa, pela insistência e preocupação.

À Maria da Paz, que me ofereceu a *Arquitectura Popular em Portugal* no final do 1º ano de Arquitectura, quando eu ainda não sabia do que tratava a obra e da sua importância. Foi este livro que, mais tarde, serviu de inspiração à realização deste trabalho, alimentando a curiosidade de saber mais sobre o sítio que me viu crescer. A ela também, pela atenção e disponibilidade com que sempre partilha o seu profundo conhecimento da Serra da Estrela.

Finalmente, ao meu orientador, Professor João Vieira Caldas, pela disponibilidade e rigor, e pela imensa generosidade e entusiasmo com que partilha o seu vasto saber.

A todos, o meu sincero Obrigado.

Resumo

A segunda metade do século XX foi palco de enormes transformações. A agricultura perdeu para as indústrias e serviços o papel de principal ocupação das populações, o que, associado às novas formas de construir e habitar, alterou profundamente a paisagem das cidades, vilas e aldeias. As novas construções, como a casa do emigrante, tomaram conta da paisagem rural, alterando a imagem das povoações e tornando a arquitectura popular na sua forma tradicional progressivamente menos expressiva. Os exemplos que chegaram aos dias de hoje estão, na sua maioria, profundamente alterados ou em ruína. Esta arquitectura caracteriza-se pela sua adaptação ao meio e uso de materiais e técnicas locais, bem como a sua frugalidade e funcionalidade, razões pelas quais as suas lições são tão relevantes para uma arquitectura moderna enraizada e sustentável. Assim, torna-se cada vez mais premente estudar a arquitectura popular, bem como as suas expressões vernáculas. Nesse contexto, este trabalho procura identificar as características da arquitectura popular da Serra da Estrela e perceber se existe, neste território, um “vernáculo”. Procedeu-se ao estudo do meio, fazendo a caracterização da Serra, e ao estudo dos conceitos teóricos de popular, erudito e vernáculo, bem como da forma como se tematizou o “popular” desde o início do século XX. Utiliza-se a *Arquitectura Popular em Portugal* para comparar o popular ainda hoje existente na Serra da Estrela com a restante região beirã, o que permite aplicar aqueles conceitos na prática, bem como dissertar sobre como o estudo do objeto *in loco* altera a percepção pré-existente.

Palavras-chave

Popular, Vernáculo, Inquérito, Beiras, Serra da Estrela.

Abstract

Throughout the second half of the 20th century, agriculture lost its place as the populations' main occupation to industries and services, which, adding to the new ways of building and inhabiting, caused profound changes to the landscape of cities, towns, and villages. New constructions, such as the emigrant's house, took over the rural landscape, changing villages' visual identity and making traditional popular architecture less expressive. Most of the examples that have made it to the present day are either deeply transformed or in ruins. Popular architecture is characterized by the frugal and functional way it adapts to its surroundings, using local materials and techniques, which is why its lessons are so important for a rooted and sustainable modern architecture. Thus, it becomes increasingly crucial to study popular architecture and its vernacular expressions. Therefore, the purpose of this work is to analyze the popular architecture in Serra da Estrela, aiming to identify if it can be considered vernacular. To do so, the mountain range is characterized, and the theoretical concepts of popular, erudite, and vernacular are defined, as well as the way in which the popular expressions of architecture have been studied since the beginning of the 20th century. *Arquitetura Popular em Portugal* is used to compare the popular architecture of the Beira region with the examples that can still be found in Serra da Estrela, which allows not only the practical use of the concepts, but also the understanding of how the fieldwork may change the preexisting perception.

Keywords

Popular, Vernacular, Inquérito, Beiras, Serra da Estrela.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Palavras-chave	III
Abstract	IV
Keywords	IV
Índice	V
Índice de Figuras	VII
Lista de Siglas e Abreviaturas	XI
1. Introdução	1
1.1. Motivação	1
1.2. Objetivos	1
1.3. Objeto de Estudo	2
1.4. Método	3
1.5. Estrutura	4
1.6. Estado da Arte	4
2. A Serra da Estrela	11
2.1. Geologia e Geomorfologia	12
2.2. Hidrologia	13
2.3. Clima	14
2.4. Paisagem	17
2.5. Biodiversidade	18
2.6. Ocupação Humana	19

3. A Arquitectura Popular	23
3.1. O popular em arquitectura	23
3.2. O erudito em arquitectura	25
3.3. O vernáculo em arquitectura	26
3.4. Popular, erudito, vernáculo – semelhanças e dissemelhanças	28
3.5. A tematização do popular	32
3.6. O Inquérito – “Uma Iniciativa Necessária”	35
4. A Arquitectura Popular na Serra da Estrela	41
4.1. A região beirã segundo o Inquérito – a Zona 3	41
4.2. A Serra da Estrela e o Inquérito em confronto	51
4.3. O vernáculo da Serra da Estrela	71
5. Conclusão	77
5.1 Os limites do vernáculo	77
6. Bibliografia	80

Índice de Figuras

Nota: Todas as figuras (fotografias ou mapas) cuja fonte não é referida são de autoria própria.

F1: Alvoco da Serra nos anos 50.	7
Fonte: Francisco Keil do Amaral <i>et al</i> , <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , 2004 [1961], vol. 1, p. 266.	
F2: Alvoco da Serra nos dias de hoje.	7
F3: Localização do Parque Natural da Serra da Estrela em Portugal Continental.	10
F4: O planalto central da Serra da Estrela no verão – albufeira da Lagoa Comprida.	16
F5: O planalto central da Serra da Estrela no inverno – albufeira da Lagoa Comprida.	16
F6: Localização da Zona 3 do Inquérito em Portugal Continental.	41
Fonte: Francisco Keil do Amaral <i>et al</i> , <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , 2004 [1961], vol. 1, p. 219.	
F7: Mapa tipológico da Zona 3 da <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> . Adicionou-se sobre o mapa a mancha a cinza, que indica a área do Parque Natural da Serra da Estrela.	48
Fonte: Francisco Keil do Amaral <i>et al</i> , <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , 2004 [1961], vol. 1, p. 258.	
F8: Quadro tipológico que serve de legenda ao mapa da página anterior.	49
Fonte: Francisco Keil do Amaral <i>et al</i> , <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , 2004 [1961], vol. 1, p. 259.	
F9: Aldeia de Videmonte, implantada num planalto sobre o Rio Mondego.	51
F10: Aldeia de Casal do Rei, implantada numa encosta do vale da Ribeira de Loriga.	51
F11: Vestígios de socalcos e construções de apoio à agricultura, no vale do Mondego.	52
F12: Socalcos na encosta oposta à aldeia de Vasco Esteves de Cima.	52
F13: Escada entre socalcos, em Casal do Rei.	52
F14: Valezim, com a ribeira em primeiro plano, seguindo-se os campos de cereais e as edificações.	53
Fonte: Francisco Keil do Amaral <i>et al</i> , <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , 2004 [1961], vol. 1, p. 266.	
F15: Loriga, implantada no encaixe de dois vales.	53
F16: Largo do pelourinho em Melo, com a casa da câmara do lado esquerdo.	54
F17: Adro da igreja em Videmonte.	54
F18: Estreito caminho pedonal em granito, em Alvoco da Serra.	55

F19: Caminho íngreme em Vila Soeiro, aldeia numa zona granítica.	55
F20: Passagem sob uma habitação em Vila Soeiro.	55
F21: Escadas em xisto que constituem o espaço público, em Vasco Esteves de Cima.	55
F22: Escadas em cimento no lugar dos antigos caminhos de terra batida, no Fontão.	55
F23: Escadas em xisto adjacentes à levada de água, seca no verão, no Fontão.	55
F24: Alvenaria de granito com pequenas pedras de granito nos espaços sobrantes, em Vila Soeiro.	56
F25: Alvenaria de granito com lascas de xisto nos espaços sobrantes, em Videmonte.	56
F26: Alvenaria de xisto com lascas de xisto nos espaços sobrantes, em Vasco Esteves de Cima.	56
F27: Cunhal de granito em alvenaria de granito, em Valezim.	56
F28: Cunhal de granito em alvenaria mista de xisto e granito, em Videmonte.	56
F29: Cunhal de rocha corneana em alvenaria de xisto, em Casal do Rei.	56
F30: Palheiro de apoio à agricultura em alvenaria de granito, em Alvoco da Serra.	57
F31: Palheiro de apoio à agricultura em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.	57
F32: Abrigo para pastores em alvenaria de xisto, na cumeeira entre Cabeça e Fontão.	57
F33: Azenha em alvenaria de xisto, na margem da ribeira de Loriga, em Casal do Rei.	57
F34: Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Vila Soeiro.	58
F35: Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Valezim.	58
F36: Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Videmonte.	58
F37: Casa do Tipo A em alvenaria de xisto, no Fontão.	58
F38: Casa do Tipo A em alvenaria de xisto, em Casal do Rei.	58
F39: Casa do Tipo A em alvenaria mista de granito e xisto, com balcão, em Videmonte.	59
F40: Casa do Tipo A em alvenaria mista de pedra rolada de granito e xisto, em Verdelhos.	59
F41: Pormenor do uso do xisto entre a parede de alvenaria e a telha, em Alvoco da Serra.	59
F42: Casa do Tipo A em alvenaria de granito, de maiores dimensões, em Vila Soeiro.	59

F43: O pormenor da cobertura, à vista no interior, com as lousas dispostas em escama sobre a estrutura de madeira, numa habitação no Fontão.	59
F44: Interior de uma casa do Tipo A em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.	60
F45: Parede em madeira da alcova de uma casa do Tipo A em alvenaria de xisto, no Fontão.	60
F46: Pormenor do reforço na loja, sob a cozinha, numa casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Valezim.	60
F47: Casa do Tipo D em alvenaria de pedra rolada de granito e xisto, com fachada rebocada, em Unhais da Serra.	61
F48: Casa do Tipo D em alvenaria de xisto, em Verdelhos.	61
F49: Casa do Tipo D em alvenaria de granito, em Melo.	61
F50: Vista geral de Vasco Esteves de Cima, onde são notórios os edifícios em alvenaria de xisto de maior dimensão.	62
F51: Encosta sul do Fontão, onde se destacam algumas construções em alvenaria de xisto de maior dimensão.	62
F52: Vista geral de Casal do Rei, onde são notórios os edifícios em alvenaria de xisto de maior dimensão.	62
F53: Casa em Casal do Rei, com acesso direto a partir do espaço público a pelo menos três pisos.	62
F54: Casa do Tipo X em alvenaria de xisto, parcialmente rebocada, com quatro pisos e meio, em Vasco Esteves de Cima.	63
F55: Alçado lateral da casa do Tipo X da imagem da esquerda, onde o deterioramento do reboco vai revelando a alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.	63
F56: Casa do Tipo X, com três pisos e meio, no Fontão.	63
F57: Varanda envidraçada em casa em alvenaria de granito, em Alvoco da Serra.	64
F58: Varanda envidraçada em Melo.	64
F59: Balcão maciço sem guarda, em casa de alvenaria de granito em Linhares da Beira.	65
F60: Balcão com pilar e guarda, em casa em alvenaria de granito em Videmonte.	65

F61: Balcão alpendrado com guarda e acesso à loja, em casa de alvenaria de granito em Valezim.	65
F62: Balcão com pilar e guarda, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Alvoco da Serra.	65
F63: Balcão alpendrado com passagem por baixo, com balaustrada de madeira, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Linhares da Beira.	65
F64: Balcão alpendrado com guarda, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Valezim.	65
F65: Janela com floreiras em casa em alvenaria de xisto, no Fontão.	66
F66: Janela com floreiras em casa em alvenaria mista de granito e xisto, em Valhelhas.	66
F67: Janela com floreiras em casa em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.	66
F68: Goteira em granito entre duas casas em alvenaria mista de granito e xisto, em Videmonte.	66
F69: Pormenor da goteira em granito das casas de Videmonte.	66
F70: Pormenor da goteira em granito da casa de Valezim.	66
F71: Goteira em granito na extremidade do beiral de uma casa em alvenaria de granito, em Valezim.	66
F72: Balcão alpendrado fora do comum, que resulta do vazamento de parte do primeiro piso da casa, em Alvoco da Serra.	67
F73: Cachorros em granito utilizados sob o lintel do vão de uma passagem entre duas ruas, em Vila Soeiro.	67
F74: Janela com namoradeiras, onde é também visível o pormenor da torça de madeira encima o vão, em casa em alvenaria de xisto, no Fontão.	67
F75: Mapa geológico do Parque Natural da Serra da Estrela, sobre o qual se localizam as referências feitas em <i>Arquitectura Popular em Portugal</i> , com letras, e na presente dissertação, com números.	68

Lista de Siglas e Abreviaturas

AAP – Associação dos Arquitectos Portugueses.

APP – *Arquitectura Popular em Portugal*.

LC – Lagoa Comprida.

PD – Penhas Douradas.

PMA – Precipitação Média Anual.

PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela.

PS – Penhas da Saúde.

SNA – Sindicato Nacional dos Arquitectos.

SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes.

TMA – Temperatura Média Anual.

TMM - Temperatura Média Mensal.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

1. Introdução

1.1. Motivação

Este trabalho surge, no contexto do término do Mestrado Integrado em Arquitectura, como um olhar crítico sobre as origens. Surge de uma vontade de seguir para a prática profissional como produtor de uma arquitectura enraizada. Por ser natural de Seia, a Serra da Estrela é naturalmente tomada como caso de estudo para este trabalho. A motivação para o realizar vem da vontade de voltar a olhar para as origens, mas agora com o olhar crítico que o estudo da arquitectura, invariavelmente, concede; a vontade de compreender o lugar e, por consequência, as suas características, bem como o que a disciplina diz sobre elas. O olhar crítico não se circunscreve ao confronto entre o que é possível observar *in loco* e o que outros autores escreveram já sobre o assunto; antes se estende às bases e aos conceitos teóricos que permitem enquadrar o estudo que é realizado.

A investigação que aqui começa surge também de uma profunda admiração pela *Arquitectura Popular em Portugal* e por aqueles que a fizeram, com consciência da relevância e lugar na história desta obra, mas também das suas limitações.

1.2. Objetivos

Este trabalho enquadra-se no extenso universo que é o estudo e tematização¹ da arquitectura popular de base rural em Portugal. A intenção de compreender o passado para, dessa forma, construir um futuro enraizado e sustentável, é o ponto de partida desta investigação. Para responder a esta premissa, revela-se essencial estudar a teoria e analisar as perspetivas dos diferentes autores, de modo a compreender um passado que, apesar de na forma física ainda ser muitas vezes visível, já não é possível viver. Pretende-se, assim, definir os conceitos base de popular, erudito e vernáculo, de modo a poder distingui-los corretamente e aplicá-los na prática. O estudo da teoria, em conjunto com o trabalho de campo, permite um processo de questionamento e reavaliação constante do conhecimento, que em muito contribui para a sua total compreensão. Elege-se, portanto, a Serra da Estrela como caso de estudo, com o objetivo de estudar a sua arquitectura popular e, desta forma, compreender se as suas características compõem uma arquitectura vernácula desta região.

¹ A expressão *tematização do popular* é introduzida por João Leal no artigo “Os arquitectos em contexto: Tematizações do popular no século XX português”.

Pretende-se que o estudo da arquitectura popular de base rural da Serra da Estrela permita não só a melhor compreensão dos conceitos teóricos, mas também o reconhecimento das suas características essenciais, de modo a compreender de que forma as técnicas e materiais próprios do local, bem como os seus modos de habitar, podem ser utilizados numa futura prática arquitectónica.

1.3. Objeto de Estudo

A Serra da Estrela constitui um elemento de exceção no território continental português pela sua altitude. Este fator, conjugado com a sua geomorfologia e posição geográfica, está na origem de um clima “montanhoso subtropical marítimo”². Por estes motivos, considera-se esta região especialmente interessante por ser propensa à existência de uma arquitectura diferenciada, de forma a responder às condições do meio que se mostram mais adversas e extremas que a generalidade do território em que se insere a Serra da Estrela.

Os limites físicos desta região são bastante ténues e difíceis de identificar, motivo pelo qual se adota neste trabalho o limite administrativo do Parque Natural da Serra da Estrela. Devido à sua extensão, cerca de 1% do território nacional, o estudo realizado não é exaustivo e não inclui todas as povoações que estão contidas neste limite. São seleccionados núcleos significativos e, preferencialmente, pouco alterados, dispersos por todo o território estudado e representativos dos vários tipos de construção, materiais e implantação no terreno. Deste modo, é possível, com o apoio da bibliografia, realizar uma caracterização geral da arquitectura popular da Serra da Estrela. Consideram-se também as regiões da Beira Alta e Beira Baixa, de forma a comparar a Serra com o território em que se insere e determinar se existem características que a distingam, de maneira a concluir se é possível identificar uma arquitectura vernácula desta região.

É importante notar que, por se estudar uma arquitectura popular tradicional, se considera uma realidade coeva à realização do Inquérito, cuja existência praticamente cessou há mais de 60 anos. Assim, ainda que se apresentem as razões que levaram ao despovoamento deste território e a sua realidade atual, o foco desta dissertação é na sociedade e no modo de vida que estavam por trás da arquitectura popular que se construía na Serra da Estrela.

² Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

1.4. Método

A realização deste trabalho implica duas fases distintas, que se resumem na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo. Apesar de existir um conhecimento do autor sobre a Serra da Estrela anterior a esta investigação, o primeiro momento foi de contacto com a totalidade do território, incluindo zonas que antes desconhecia, com o intuito de ter uma primeira impressão dos povoados e da sua arquitectura sem o preconceito que inevitavelmente se adquire *a posteriori*, produto da assimilação de conhecimento teórico. Este primeiro momento do trabalho de campo, como os que foram mais tarde realizados, foi acompanhado de um extenso levantamento fotográfico.

Seguiu-se a revisão bibliográfica, que incluiu trabalhos científicos e material digital sobre a Serra da Estrela. A generalidade da bibliografia diz respeito a outras áreas do conhecimento que não à arquitectura, razão pela qual se dispôs de bastante informação, por vezes demasiado técnica, que se resumiu ao essencial de modo a caracterizar a Serra da Estrela, enquadrando-a no contexto da disciplina da arquitectura e do trabalho que aqui se apresenta.

A revisão bibliográfica prosseguiu, focando-se na arquitectura popular e vernácula e na forma como ao longo do tempo se estudaram e aplicaram estes conceitos. Nesta fase, em que se destaca a *Arquitectura Popular em Portugal* – que foi, aliás, transversal a todo o trabalho – a revisão bibliográfica fez-se da mesma forma que no tema anterior.

Já com as bases teóricas necessárias, regressou-se ao trabalho de campo, onde ao longo de várias visitas se documentaram inúmeras construções, técnicas, materiais, pormenores de relevo, bem como o aspecto geral das povoações da Serra da Estrela. Revelou-se necessário estudar também a região beirã como um todo, o que se fez com recurso à *Arquitectura Popular em Portugal*, de modo a integrar a Serra da Estrela na sua envolvente, em matéria de arquitectura e, se possível, distingui-la.

Por último, os produtos da revisão bibliográfica aos vários temas e o seu cruzamento com os resultados do trabalho de campo permitiram que se chegasse a uma resposta relativa ao objecto de estudo, a Serra da Estrela. Por sua vez, esta resposta motiva e baseia aquela que é a conclusão desta investigação, cujas diferentes fases foram alterando a percepção dos conceitos que aqui se estudam.

1.5. Estrutura

A estrutura do trabalho é resultado das diferentes etapas que permitem dar uma resposta à pergunta que o orienta: *existe uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela?*

Desta forma, a investigação inicia-se com o estudo da região que toma como seu objeto. Por o trabalho incidir sobre a arquitectura popular, que se caracteriza pela profunda relação com o meio, estudam-se mais profundamente as características da região, tanto as biofísicas como as socioeconómicas e culturais.

Prossegue-se para o enquadramento teórico do trabalho, em que se começa por definir os conceitos de popular, erudito e vernáculo, para depois se dissertar sobre as suas semelhanças e dissemelhanças. Definidos os conceitos e os seus limites, faz-se uma contextualização da arquitectura popular em Portugal, com especial foco no Inquérito e na obra que dele resultou, a *Arquitectura Popular em Portugal*. Esta serve de base à caracterização da arquitectura popular da região beirã, que é utilizada como termo de comparação com a Serra da Estrela, de forma a responder à questão sobre a existência de uma arquitectura vernácula deste território.

Conclui-se esta investigação com uma abordagem à forma como a percepção dos limites do vernáculo se foi alterando ao longo da sua realização, através do constante confronto entre as definições teóricas e a sua aplicação prática.

1.6. Estado da Arte

O estudo e documentação da Serra da Estrela teve início com a *Expedição Científica à Serra da Estrela*, que se realizou em Agosto de 1881, por iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa. Consistiu num estudo multidisciplinar que incluiu geologia e geomorfologia, biologia, hidrologia, climatologia, mineralogia, arqueologia e etnologia. Este trabalho, que deveria repetir-se por vários anos, acabou, por falta de financiamento, por ser iniciativa única, tendo sido publicados apenas os resultados de algumas das áreas em estudo. No entanto, a expedição foi o incentivo e ponto de partida para muitas outras investigações, essencialmente no domínio biofísico, com especial foco nas espécies endémicas tanto da fauna como da flora desta região e na sua geomorfologia, devido à glaciação que aqui ocorreu.

Várias investigações de outras áreas serviram de base à caracterização do território que se apresenta nesta dissertação, nomeadamente trabalhos académicos como *Hidrogeologia ambiental da região do Parque Natural da Serra da Estrela (setor de Seia-Torre-Covilhã): uma abordagem multidisciplinar*, de Alexandra Carvalho (2013), *Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela. Ambientes frios do Plistocénico Superior e dinâmica actual*, de Gonçalo Vieira Teles (2004), ou *Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas*, de Elisabete Martins (2006). É importante notar que a maioria das referências consistem em trabalhos científicos, sendo menos as obras publicadas como *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, de Daniel Lesparre e Eduardo Crespo (2008). Existem também alguns artigos e livros publicados no campo da arqueologia, como é o caso de *O povoado do Penedo dos Mouros (Arcozelo, Gouveia) no contexto do século X no sector noroeste da Serra da Estrela*, de Catarina Tente et al (2018), ou *Arqueologia da Serra da Estrela*, de Jorge de Alarcão (1993).

Na área da arquitectura, os antecedentes à realização da presente dissertação podem ser integrados em dois domínios: os que tomam a Serra da Estrela como um todo, e os que escolhem áreas de estudo mais reduzidas dentro deste território. No primeiro, menos comum, os trabalhos focam-se geralmente no ordenamento do território ou na paisagem, como é o caso de *Preservar as Paisagens da Serra da Estrela – uma estratégia de desenvolvimento territorial*, de Inês Saraiva (2019). No segundo, o tema é geralmente uma povoação, ou uma parte da Serra, no âmbito da reabilitação ou dos novos usos, como é o caso de *Videmonte: Arquitectura como revitalização entre o Homem e o seu Território*, de João Tavares (2015), *Um Percurso pela Ruralidade – Revitalização da aldeia Casal do Rei, Serra da Estrela*, de Patrícia Pereira (2019), ou *Memória em Arquitectura – Reabilitação e Conservação do Património Vernáculo na Aldeia de Cabeça*, de Ana Peixoto (2020).

A abordagem existente ao todo da Serra da Estrela, que se destaca pela maior proximidade do que este trabalho pretende, é a do arquitecto Eduardo Osório Gonçalves (1985) em *Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela*. Realizado em 1982, este trabalho é fruto de um levantamento exaustivo de todas as 73 freguesias que integram o Parque Natural. Os dados são apresentados em fichas de freguesia que contêm um relatório escrito com a caracterização física do território, dados históricos e socioeconómicos, uma análise ao património edificado e descrição das estruturas e equipamentos, dados cartográficos e fotografias. Por abordar o objecto de uma forma exaustiva, a obra torna-se um catálogo de informação particular de cada local, mas é bastante sintética na caracterização do todo.

Entendeu-se, portanto, que era necessário estabelecer uma base teórica consistente no campo da arquitectura popular, de forma a compreender aquilo que se ia observar e ter a capacidade de processar essa informação. Para aprofundar este conhecimento, recorreu-se ao livro *Actas do Primeiro Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, editado pelo Município de Arcos de Valdevez (2016), que compila as comunicações dos diversos autores que participaram no colóquio, em Abril de 2013. No que à definição dos conceitos diz respeito, destacam-se os artigos “Popular, tradicional, regional, português, nacional”, de Manuel Teixeira, “A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita”, de Pedro Fonseca Jorge e “Tipologia da casa rural na freguesia de Vermoim”, de Vera Teixeira e Nuno Ferreira. Já no âmbito da forma como se abordou o popular em arquitectura ao longo da história, evidenciam-se “Crítica à «grelha C.I.A.M.» e «Arquitectura Popular em Portugal»”, de Francisco Gomes e “Os arquitectos em contexto: tematizações do popular no Século XX português”, de João Leal. As concepções destes autores sobre os diferentes temas, bem como o ponto de vista desta dissertação sobre elas, serão abordados mais à frente no trabalho. Da generalidade dos artigos apresentados pelo livro supracitado, é de notar a quase omnipresença de duas referências ou pontos de partida – o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (1955-1961) e a *Arquitectura Popular em Portugal* (1961).

Esta obra maior da bibliografia arquitectónica portuguesa é utilizada como ponto de partida para o confronto, ou comparação, com o trabalho de campo realizado no âmbito desta dissertação. Esta referência é indispensável quando abordado o tema da arquitectura popular, sendo, portanto, importante entender o contexto em que surgiu e como foi realizada, de forma a poder ser utilizada como base de trabalho com o sentido crítico necessário. A *Arquitectura Popular em Portugal* mostra-se muitas vezes incompleta, devido a vários fatores, entre os quais a enorme dimensão do território em estudo e a consequente seleção necessária dos dados apresentados, assim como a visão dos próprios arquitectos que levaram a cabo o estudo em cada região, sabendo hoje que o olhar foi muitas vezes seletivo e que aquilo que a obra mostra é uma espécie de “realidade peneirada”. É com esta noção em mente que se utiliza a obra, sabendo que, em muitos casos, a realidade relatada pelo Inquérito pode já não existir no terreno, ou, pelo contrário, no terreno poderemos encontrar uma realidade que foi ignorada, omitida, ou simplesmente passou despercebida aquando do trabalho realizado há mais de 60 anos.



F1: Alvoco da Serra nos anos 50 ³.



F2: Alvoco da Serra nos dias de hoje.

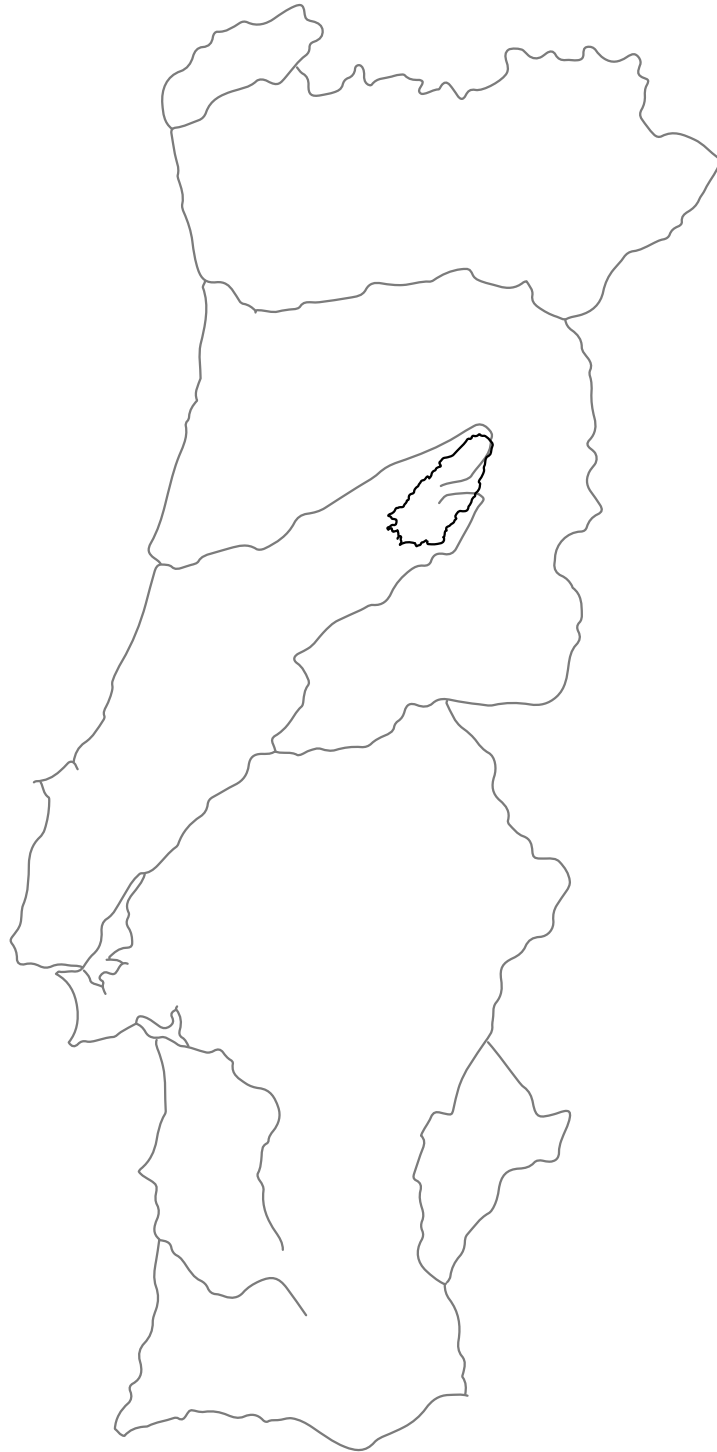
³ Fonte: Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitetura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 266.

Uma região geográfica caracteriza-se por certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra.

A consciência desse facto entre os habitantes traduz-se muitas vezes por uma apelação regional; mas nem sempre regiões tradicionais ou circunscrições administrativas coincidem com divisões geográficas.

*Um rio profundo pode constituir, para as relações humanas, um obstáculo ou um limite e, todavia, marcar, num tracto da mesma natureza, apenas um acidente pouco importante. (...) Do mesmo modo, as montanhas, se podem opor uma barreira aos fenómenos do clima, e portanto à decorrente vegetação e economia, formam em si mesmas um todo, ainda que quando assaltem os seus flancos influências vindas de lados opostos.*⁴

⁴ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2011 [1945], p. 193 e 194.



F3: Localização do Parque Natural da Serra da Estrela em Portugal Continental.

2. A Serra da Estrela

A Serra da Estrela é o principal sistema montanhoso português, atingindo a maior altitude em território continental nacional, de 1993 metros. É parte do Sistema Central, grande cordilheira formada por várias serras portuguesas e espanholas, que separa a meseta ibérica em duas submesetas – a Setentrional, a norte, e a Meridional, a sul. Esta cordilheira define-se também como elemento separador das bacias hidrográficas dos rios Douro e Tejo. O Sistema Central funciona como elemento estruturante da Península Ibérica, sendo a Serra da Estrela a sua extremidade mais ocidental, e elemento estruturante da região beirã portuguesa.

A região da Beira pode delimitar-se, em traços largos, a norte pelo rio Douro, a sul pelo rio Tejo, a oeste pelo oceano Atlântico e a este pela fronteira com Espanha. Leite de Vasconcelos, na sua obra *“Etnografia Portuguesa”*⁵, divide esta região em Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral. A Serra da Estrela – no limite da Beira Alta – está no centro destas três divisões. Por outro lado, Orlando Ribeiro, em *“Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”*⁶, divide Portugal Continental, de acordo com três influências, em Norte Transmontano (interior), Norte Atlântico (litoral) e Sul (mediterrânico), as três presentes na região beirã. Numa tentativa de sobrepor as divisões dos dois autores, poder-se-á dizer que a Beira Baixa tem influências claras do Sul, a Beira Litoral influências do Norte Atlântico e a Beira Alta influências do Norte Transmontano. A única excepção nesta sobreposição é, precisamente, a Serra da Estrela; ainda que pertencente à Beira Alta, as suas influências são maioritariamente do Norte Atlântico; com fortes influências do Norte Transmontano, nos seus planaltos alongados na direcção nordeste, bem como influências do Sul Mediterrânico na sua vertente sul, completamente exposta ao extenso planalto da Beira Baixa, que é, de certa forma, um prolongamento do Alentejo⁷.

A Serra da Estrela funciona como uma mescla das influências atlântica, mediterrânica e continental, aliada à altitude. É essa particularidade que lhe confere características climáticas únicas, que se refletem na sua fauna e flora, bem como nas formas de utilização do território, como a arquitectura.

⁵ José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. – 1 a 3, 1933b-1936-1941.

⁶ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2011 [1945].

⁷ *Idem*.

2.1. Geologia e geomorfologia

A Serra da Estrela é constituída por planaltos alongados na direção Nordeste-Sudoeste, que sobem gradualmente desde a região da Guarda até ao planalto da Torre, ponto de maior altitude em Portugal Continental (1993m). Se na zona da Guarda a montanha se funde com os planaltos que a circundam, as encostas a sudoeste, próximas da Torre, constituem escarpas abruptas de várias centenas de metros ⁸.

A orogénese da Serra da Estrela iniciou-se há cerca de 650 milhões de anos, com a formação do Complexo Xistograuváquico, resultado de forças compressivas sobre sedimentos depositados em meio marinho. Há aproximadamente 340 milhões de anos, o lento arrefecimento de magmas graníticos que ascenderam por fraturas existentes deu origem a granitos com distintas texturas e composições mineralógicas ⁹. A intensa ação erosiva que se fez sentir há cerca de 240 milhões de anos deixou estas rochas à superfície. Há sensivelmente 60 milhões de anos, a montanha elevou-se, resultado de movimentos compressivos, deixando os granitos nas zonas de maior altitude e o Complexo Xistograuváquico em altitudes mais baixas ¹⁰.

A montanha em planalto resultante propiciou o desenvolvimento de diversas formas e depósitos glaciários durante o último Máximo de Glaciação na Serra da Estrela, há cerca de 30 000 anos. O planalto ocidental esteve, nesse período, coberto por um enorme campo de gelo, que atingia os 90 metros de espessura no Alto da Torre e alimentava os glaciares de vale ¹¹. O maciço central da Serra da Estrela é profundamente marcado pela erosão glaciária, que está na origem das suas formas de relevo mais marcantes ¹², como os vales em U, as lagoas, ou os depósitos de moreias e blocos erráticos.

A geomorfologia da Serra da Estrela tem origem em deslocções tectónicas, mas também nos entalhes profundos dos rios. Existe uma estreita relação entre a tectónica e a erosão fluvial, notória na formação nas linhas gerais do relevo da Serra ¹³. Os entalhes dos rios tendem a coincidir com as principais falhas da região, como é o caso do Vale do Zêzere e do Vale da Alforfa, que coincidem com a Falha da Vilarça.

⁸ Parque Natural da Serra da Estrela, *Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental*, 2008.

⁹ Alexandra Carvalho, *Hidrogeologia ambiental da região do Parque Natural da Serra da Estrela (setor de Seia-Torre-Covilhã): uma abordagem multidisciplinar*, 2013.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Website Geopark Estrela, geoparkestrela.pt/geopark/geodiversidade [consultado em 01/08/2021].

¹² Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

¹³ Parque Natural da Serra da Estrela, *Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental*, 2008.

2.2. Hidrologia

A influência atlântica que se faz sentir sobre a Serra da Estrela, bem como a sua posição como barreira para os territórios mais interiores da Península Ibérica, conferem-lhe a característica de ser destino último dos ventos marítimos de oeste que, carregados de humidade, sobem a bacia do Mondego, aí descarregando chuvas abundantes. Esta particularidade é a principal razão pela qual a Serra da Estrela é um vasto reservatório natural de água ¹⁴, com múltiplos charcos e lagoas, e diversas nascentes que originam rios e ribeiras.

Desta imensa rede hidrográfica, considerada uma das mais importantes do país, destacam-se os rios Mondego e Zêzere, os dois maiores com nascente em território nacional, bem como o rio Alva, um dos mais importantes afluentes do Mondego. Das diversas ribeiras, destacam-se as de Loriga, Alvoco e Alforfa.

Estas linhas de água, em conjunto com os seus afluentes, formam uma complexa rede de drenagem que compartimenta todo o território da Serra da Estrela. ¹⁵

Esta rede hidrográfica está disposta de forma centrífuga em torno do maciço central, onde se localiza o planalto da Torre, e têm nascente diversos rios e ribeiras de grande importância, com destaque para o Zêzere, a este, as ribeiras de Alvoco e Loriga, a oeste, e a ribeira de Alforfa, a sul. Já os rios Mondego e Alva dispersam rumo a nordeste e oeste, respectivamente, a partir dos planaltos a oeste de Manteigas ¹⁶.

Das diversas lagoas existentes na Serra da Estrela, muitas delas de origem glaciária, destacam-se como sendo os maiores reservatórios a albufeira da Lagoa Comprida, a albufeira do Viriato, a albufeira do Vale do Rossim e a albufeira do Covão do Ferro, várias destas com aproveitamentos hidroelétricos ¹⁷.

¹⁴ Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

¹⁵ *Idem*, p. 15.

¹⁶ Suzanne Daveau, *Structure et relief de la Serra da Estrela*, 1969.

¹⁷ Parque Natural da Serra da Estrela, *Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental*, 2008.

2.3. Clima

A posição geográfica da Serra da Estrela coloca-a sob três influências climáticas – mediterrânica, atlântica e continental – que estão associadas, respetivamente, a elevadas temperaturas estivais, níveis de precipitação elevados e aridez nos meses de verão. O cruzamento destas dá origem a um clima “montanhoso subtropical marítimo”¹⁸.

A caracterização climática que se segue é feita com base nas Normais Climatológicas do período 1951-1980¹⁹, uma vez que, das estações que lhe servem de base – Penhas Douradas (PD), Penhas da Saúde (PS) e Lagoa Comprida (LC) – as últimas duas deixaram de funcionar na década de 80. Todas as estações meteorológicas se localizam abaixo dos 1600 metros (PD – 1380m, PS – 1510m, LC – 1560m), razão pela qual não existe um conhecimento preciso das regiões de maior altitude²⁰.

Existe na Serra da Estrela uma forte dissimetria climática²¹, fruto das diferentes influências que se fazem sentir em vertentes opostas da Serra – na fachada oriental a influência é continental e na fachada ocidental a influência é atlântica.

A **precipitação** varia com a altitude, com valores de Precipitação Média Anual (PMA) que atingem os seus máximos no planalto da Torre e vão diminuindo com a altitude. O planalto da Torre tem o maior número de dias anuais de chuva, entre 140 e 150, e a menor duração da estação estival seca, de apenas 2 meses. Nas áreas de sopé da montanha, a média de dias de chuva por ano é entre 100 e 110, com os valores mínimos na região de Rio Torto e no Vale do Zêzere, com destaque para Valhelhas, com apenas 85 dias anuais de chuva.

Os máximos da precipitação são registados em Fevereiro e Março, e os mínimos em Julho e Agosto, dados comuns a toda a Serra da Estrela, independentemente de factores como a localização, altitude ou morfologia. A média de dias por mês com precipitação é de 2 a 5 no verão e de 10 a 17 no inverno.

A **temperatura**, como a precipitação, tem uma variação ao longo do ano semelhante, independentemente da localização, como é possível constatar na comparação entre as várias estações meteorológicas. A temperatura média anual (TMA) na Serra da Estrela é de 8,9°C, valor que diminui para 7°C em altitudes superiores a 1400 metros e chega aos 4°C no planalto

¹⁸ Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

¹⁹ José Casimiro Mendes *et al*, *O Clima de Portugal*, 1991.

²⁰ Elisabete Martins, *Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas*, 2006.

²¹ Suzanne Daveau, *Dois mapas climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade, contrastes térmicos.*, 1980.

da Torre ²². Os valores de temperaturas médias mensais (TMM) registam os máximos em Agosto (aproximadamente 16°C) e os mínimos em Janeiro, (aproximadamente 1°C). Nas zonas de maior altitude, a Serra da Estrela é “a única área em Portugal Continental, com temperaturas médias mensais inferiores a 0°C” ²³.

As temperaturas mínimas médias mensais oscilam entre os -1,5°C no inverno e os 12°C no verão, enquanto as temperaturas máximas médias mensais oscilam entre valores de 4°C no inverno e 22°C no verão ²⁴. Os dias por ano com temperatura do ar inferior a 0°C variam entre os 67 nas Penhas Douradas e os 87 nas Penhas da Saúde. Cerca de metade destes dias ocorrem nos meses de Janeiro a Março, sendo muito rara a sua ocorrência no verão. A influência da morfologia do território na temperatura do ar é bastante notória, estando demonstrada nos estudos efetuados no inverno de 1999/2000 por Mora ²⁵, que revelam a ocorrência de temperaturas extremamente baixas em vales, a menor altitude que o normal. É disto exemplo o Covão Cimeiro, localizado a 1620 metros de altitude, com registo de temperatura de -17°C.

A queda de **neve** na Serra da Estrela é principalmente caracterizada por uma grande irregularidade, tanto na sua frequência, como na sua distribuição no território. O período entre dezembro e março é aquele em que este fenómeno é mais frequente, apontando uma publicação mais recente ²⁶ para uma média de 40 a 50 dias por ano com queda de neve, em altitudes entre os 1400 e os 1600 metros. Em regiões de maior altitude, a acumulação de neve pode atingir vários metros de altura e cobrir os solos por vários meses, nomeadamente em zonas com as características (geomorfologia, vento, temperatura e exposição solar) favoráveis à sua acumulação, da qual são exemplo os vales acima referidos ²⁷.

O regime de **ventos** da Serra da Estrela é de grande complexidade e irregularidade, quer na frequência, quer nas velocidades médias ²⁸. Estas características são bastante comuns em regiões de montanha, onde o vento é profundamente influenciado pela topografia. A velocidade média do vento é de 24 km/h, excedendo os 55 km/h em 58 dias por ano. Os

²² Elisabete Martins, *Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas*, 2006.

²³ Gonçalo Vieira Teles, *Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela. Ambientes frios do Plistocénico Superior e dinâmica actual*, 2004, p. 28.

²⁴ Elisabete Martins, *Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas*, 2006.

²⁵ Carla Mora *et al*, *Daily Minimum air temperatures in the Serra da Estrela, Portugal.*, 2001.

²⁶ Emílio Andrade *et al*, *Desportos de Inverno na Serra da Estrela. Contribuição para o Estudo da sua Viabilidade.*, 1992.

Publicação mais recente que os dados das Normais Climatológicas do período 1951-1980.

²⁷ Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

²⁸ Gonçalo Vieira Teles, *Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela. Ambientes frios do Plistocénico Superior e dinâmica actual*, 2004.

valores mensais mais altos são registados entre Novembro e Março, com médias mensais de aproximadamente 27 km/h ²⁹, ao contrário do verão, em que as velocidades são mais baixas. Devido às características geomorfológicas do Planalto Superior, esta região é bastante suscetível a ventos muito fortes, com a estação meteorológica da Lagoa Comprida a registar velocidades superiores a 55 km/h em 45 dias por ano.

Registam-se mais de 2500 horas de **insolação** média anual, fruto da influência mediterrânica que se faz sentir na Serra da Estrela ³⁰.



F4: O planalto central da Serra da Estrela no verão – albufeira da Lagoa Comprida ³¹.



F5: O planalto central da Serra da Estrela no inverno – albufeira da Lagoa Comprida.

²⁹ Gonçalo Vieira Teles, *Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela. Ambientes frios do Plistocénico Superior e dinâmica actual*, 2004.

³⁰ Jan Jansen *et al*, *Fire, a strong landscape shaping element in the Serra da Estrela (Portugal)*., 1997b.

³¹ É possível ver nesta figura um rebanho de ovelhas. Durante o verão, os pastores conduzem os rebanhos às regiões de maior altitude da serra, em busca de pastos verdes. A este fenómeno dá-se o nome de transumância.

2.4. Paisagem

A paisagem da Serra da Estrela conta com diversos elementos diferenciadores, que lhe conferem um estatuto de paisagem patrimonial. Destacam-se as marcas profundas da presença glaciária no maciço central, que moldou a montanha e criou unidades de paisagem únicas em Portugal, como os vales glaciários em U, as lagoas ou os depósitos de moreias e blocos erráticos. O factor altitude, que permitiu a existência de glaciares há 30 000 anos atrás, é também por si só um elemento marcante da paisagem, potenciando a diversidade e profundidade de planos visuais consecutivos ³².

A enorme diversidade de formas e texturas existentes, bem como de vegetação e ocupação dos solos, é bem marcada por uma compartimentação em três andares bioclimáticos. São estes o **andar basal**, abaixo dos 800 metros de altitude, marcado pelo cultivo de vinha, olival, milho e prados, pontuado pela expansão urbana e por serviços e indústria; o **andar intermédio**, entre os 800 e os 1600 metros de altitude, com domínio do carvalho-negral e vastas extensões de matos (piornais, urzais e giestais); e o **andar superior**, acima dos 1600 metros de altitude, com predominância de zimbrais, dispersos em tufos rasteiros entre os afloramentos rochosos ³³.

A grande variedade de formas nas quais a água se apresenta é também uma constante na paisagem da Serra da Estrela, desde as lagoas em altitudes superiores, às nascentes, rios e ribeiras, presentes um pouco por todo o território, que definem e influenciam a presença e fixação de espécies animais e vegetais, bem como a presença humana e das suas atividades, quase sempre dependentes da água.

Outro fator marcante da paisagem é a arquitectura popular de base rural que neste território se pratica, intimamente associada à prática da agricultura e da pastorícia, atividades basilares da sociedade serrana.

A extraordinária diversidade cromática, textural e morfológica da paisagem da Serra da Estrela, que lhe é conferida pela diversidade da vegetação e pelos aspectos climáticos, geomorfológicos e de relevo, que se manifesta quer ao longo do espaço, quer ao longo do tempo. ³⁴

³² Parque Natural da Serra da Estrela, *Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental*, 2008.

³³ Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

³⁴ Parque Natural da Serra da Estrela, *Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental*, 2008, p. 18.

2.5. Biodiversidade

O território bastante heterogéneo da Serra da Estrela está na origem de uma grande biodiversidade, potenciada por factores ³⁵ como a grande variação de altitude (cerca de 350 metros no Vale do Mondego, até aos 1993 metros da Torre); a retenção de massas de ar húmido do Atlântico; as marcas profundas da última glaciação no planalto superior; os vales de rios e ribeiras que têm nascente na Serra; e a enorme diversidade climática que a complexidade orográfica permite. Existem neste território mais de 900 táxones de plantas, bem como 40 espécies de mamíferos, 150 de aves, 30 de répteis e anfíbios, 8 de peixes e mais de 2500 invertebrados ³⁶, sendo a região do planalto superior habitat para várias espécies endémicas. Estas espécies usufruem da proteção natural da montanha, cujo relevo acidentado e condições climatéricas adversas dificultam a ocupação humana, preservando assim as espécies naturais.

Estas características únicas de biodiversidade estão reconhecidas desde Julho de 1976, aquando da criação do Parque Natural da Serra da Estrela, a maior área protegida portuguesa, contendo cerca de 1% do território nacional. Um parque natural define-se como um território de compromisso, em que agentes e interesses à partida antagónicos se complementam e convivem em equilíbrio. São estes: Homem/Natureza; actividades humanas/meio ambiente; património natural (paisagem, fauna e flora)/desenvolvimento rural (salvaguarda do património arquitectónico e cultural e preservação de tradições) ³⁷.

O reconhecimento deste valor de biodiversidade é reforçado, posteriormente, com a integração em redes internacionais de conservação da natureza. São estas a Rede Natura 2000 e a Reserva Biogenética do Conselho da Europa (que integra o planalto superior e o vale do Zêzere). O reconhecimento mais recente é a classificação da Serra da Estrela como Geopark Mundial da UNESCO.

(...) a interação dos glaciares Pleistocénicos com a herança deixada pela longa história geológica, juntamente com a sua relação com o clima e a tectónica ativa, fomenta o valor científico do Estrela Geopark, que pela sua relevância, singularidade e significado, constitui um legado comum que importa salvaguardar e valorizar. ³⁸

³⁵ Website Geopark Estrela, geoparkestrela.pt/geopark/biodiversidade [consultado em 01/08/2021].

³⁶ Adriano Vasco Rodrigues *et al*, *Património Natural e Cultural da Serra da Estrela*, 2008.

³⁷ Daniel Lesparre e Eduardo Crespo, *A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela*, 2008.

³⁸ Website Geopark Estrela, geoparkestrela.pt/geopark/geodiversidade [consultado em 01/08/2021].

2.6. Ocupação humana

A ocupação humana da Serra da Estrela teve origem há aproximadamente 7 000 anos, comprovada pela existência de vestígios de estruturas megalíticas. Numa fase inicial seria circunscrita ao sopé da montanha e só posteriormente se alargou a altitudes superiores. Já desta época são característicos os movimentos transumantes e a ocupação sazonal por pastores, bem como o cultivo de cereais ³⁹. Ao longo dos tempos, as sociedades foram evoluindo e utilizando diferentes materiais na produção de objetos, primeiro cerâmicos e, mais tarde, em cobre e em bronze, dos quais os vestígios permitem contar a história da ocupação humana deste território. Em períodos mais recentes, destaca-se a ocupação lusitana ⁴⁰, organizada em castros e conhecida pelas lendas de Viriato e de resistência aos romanos. Destes últimos, destaca-se a importante rede viária que contornava e atravessava a montanha, da qual ainda hoje existem vestígios, quer físicos, quer na toponímia de inúmeros locais. O legado romano é também notório na utilização de alguns materiais e na forma como estes são trabalhados. Outros povos ocuparam, posteriormente, a Serra da Estrela, mas a presença de nenhum é tão marcante como a dos que já foram mencionados.

Desde que a ocupação humana teve origem no território em estudo, a base da sua economia manteve-se relativamente constante, sempre apoiada essencialmente na pastorícia e no cultivo de cereais. Ao longo dos tempos, introduziram-se novas culturas agrícolas e alteraram-se alguns procedimentos, mas a sua evolução foi bastante reduzida nas centenas de anos que antecederam o século XX.

A revolução industrial chegou tarde às regiões rurais e isoladas do interior do país. Só no início do século passado se começaram a alterar os modos de vida das populações. O interior e, em especial, a Serra da Estrela, dispunham de características que não existiam junto das grandes cidades, que se mostravam propícias à produção de eletricidade. O aproveitamento hidroelétrico da vasta rede hidrográfica da Serra começou a ser construído nesta época, apenas com recurso à força humana, ainda sem maquinaria e tecnologia moderna. Foi este sistema de produção de energia que permitiu, no início do século XX, a industrialização e consequente desenvolvimento da região e dos territórios em seu redor, com o crescimento da indústria de lanifícios e as explorações mineiras da Panasqueira e da Urgeiriça.

³⁹ Website Geopark Estrela, geoparkestrela.pt/geopark/historia-e-cultura [consultado em 15/10/2021].

⁴⁰ Jorge de Alarcão, *Arqueologia da Serra da Estrela*, 1993.

*(...) os serranos (...) Construíram, a pá e picareta, um dos mais antigos sistemas de produção de energia hidroeléctrica em funcionamento, desdobrado em cascata sobre as encostas da serra, que conserva magníficas obras de engenharia industrial: pequenas barragens, canais de recolha das águas, câmaras de carga (...).*⁴¹

Com o avançar do século, a população que outrora se ocupava da agricultura foi diminuindo, passando a trabalhar essencialmente na indústria. Isto ditou o início do despovoamento das povoações mais pequenas, em detrimento das vilas e cidades, onde as oportunidades eram melhores e em maior quantidade. Outro fator que ditou a rápida desertificação das aldeias foi a emigração. As mudanças na paisagem construída sentem-se a partir dos anos 60, quando a casa de emigrante começa a aparecer nas aldeias, desvirtuando por completo a sua identidade visual. As grandes mudanças que ocorreram em todo o mundo ditaram o final do conformismo com o desconforto, que havia sido uma constante no território que se estuda. A alvenaria de pedra à vista com que sempre se construiu era agora vista como sinal de pobreza e das dificuldades com que estas populações sempre viveram. A reduzida dimensão das casas já não era suficiente para uma família inteira. Aquela que tinha sido a tradição durante séculos ficou obsoleta e a sua memória mais não era que uma recordação da pobreza e frugalidade que durante séculos havia marcado a vida destas populações.

Na passagem do século XX para o século XXI, não são apenas as aldeias da Serra da Estrela que perdem população, mas também os seus núcleos urbanos de maior dimensão, em detrimento das grandes cidades do litoral. Grande parte da indústria que existia na região desapareceu e a maior parte da população passou a trabalhar no setor terciário, que ultrapassou em importância os setores secundário e primário; este último que, apenas 60 anos antes, era a base da economia da região. Esta realidade mantém-se até à atualidade.

Existe nos dias de hoje uma tendência crescente de valorização das tradições. Na Serra da Estrela, é essencial mencionar a pastorícia, ainda que a sua prática seja cada vez menor. Esta é a base para muito do que constitui a identidade da região: o queijo da serra; o cão Serra da Estrela, guardador de rebanhos; a lã, produto da tosquia das ovelhas, que serve como base à indústria dos lanifícios. Continua a ser praticada a transumância, fenómeno que data das primeiras ocupações humanas deste território. No que à arquitectura concerne, esta tendência de valorização motiva a reabilitação de construções populares para fins habitacionais ou turísticos, o que contribui aos poucos para uma restituição da identidade visual das povoações, em contraste com o que se fez na segunda metade do século XX.

⁴¹ Adriano Vasco Rodrigues *et al*, *Património Natural e Cultural da Serra da Estrela*, 2008, p. 16.

In orthodox architectural history, the emphasis is on the work of the individual architect; here the accent is on communal enterprise. Pietro Belluschi defined communal architecture as “a communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience.” It may be argued that this art has no place in a raw civilization, but even so, the lesson to be derived from this architecture need not be completely lost to us.

There is much to learn from architecture before it became an expert's art. The untutored builders in space and time - the protagonists of this show - demonstrate an admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings. Instead of trying to "conquer" nature, as we do, they welcome the vagaries of climate and the challenge of topography. Whereas we find flat, featureless country most to our liking (any flaws in the terrain are easily erased by the application of a bulldozer), more sophisticated people are attracted by rugged country. In fact, they do not hesitate to seek out the most complicated configurations in the landscape.⁴²

⁴² Bernard Rudofsky, *Architecture without Architects*, 1964, prefácio.

3. A Arquitectura Popular

3.1. O popular em arquitectura

po·pu·lar ⁴³

(latim *popularis*, -e)

adjectivo de dois géneros

1. Relativo ou pertencente ao povo.
2. Que é usado ou comum entre o povo.
3. Que é do agrado do povo ou de um conjunto alargado de pessoas.
4. Vulgar, notório.
5. Democrático.
6. Que se transmite informalmente ou com base na tradição oral, por oposição a erudito (ex.: música popular; palavras formadas por via popular).

nome masculino

7. Pessoa pertencente ao povo.

O termo *popular* é, como indica o dicionário, um adjectivo que define algo pertencente ou relativo a um povo, mas também algo de uso ou agrado generalizado, democrático, ou até vulgar. Em arquitectura, talvez a definição mais importante de popular seja a número 6 – “Que se transmite informalmente ou com base na tradição oral”.

A arquitectura popular é “definida fundamentalmente a partir das suas propriedades materiais e entendida como o produto das relações do Homem com o meio natural em que vive” ⁴⁴. Quer isto dizer que se trata de uma arquitectura que espelha as necessidades de quem a habita e os constrangimentos do local onde se insere, não sendo dada ao supérfluo, uma vez que é profundamente funcional e racional. Por ser popular, pressupõe a inexistência de sabedoria de origem académica – o conhecimento e a técnica foram adquiridos de forma empírica, aperfeiçoados ao longo do tempo.

⁴³ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, *dicionario.priberam.org/popular* [consultado em 10/09/2021].

⁴⁴ Manuel Teixeira, *Popular, tradicional, regional, português, nacional*, 2016, p. 157.

Bernard Rudofsky fala de uma *arquitectura sem arquitectos*⁴⁵ – uma arte de construir que se pode intitular de *vernácula, anónima, espontânea, indígena, rural*⁴⁶. Este autor entende a arquitectura popular⁴⁷ como algo intrínseco à condição humana – a procura de abrigo.

*A pré-modernidade demonstra-nos processos construtivos ajustados cirurgicamente a realidades sociais enquadradas por clima e realidade económica. A ignorância científica permitiu através da experiência, o desenvolvimento de processos exploratórios de tremenda capacidade inventiva que a futura industrialização iria aprisionar.*⁴⁸

Já Orlando Ribeiro fala numa *imobilidade sem história* da arquitectura popular, posicionando-a num estado de profunda inércia, sem evolução. Manuel Teixeira refere que esta arquitectura é detentora de um senso comum, ainda que, na sua própria afirmação, se contradiga.

*Esse senso comum, e a tradição em que está enraizada, levam à adopção de soluções tipo que no entanto nunca se repetem, antes respondem em cada caso a necessidades concretas, criando-se um diálogo entre unidade e diversidade extremamente rico.*⁴⁹

A arquitectura popular não é, nem pode ser, do senso comum. A atitude acrítica que está subentendida nesta expressão não é, nem pode ser, o mesmo que a lenta evolução que está patente nesta arquitectura. O simples facto de cada construção se adaptar ao local onde se encontra, seja na sua implantação, na sua orientação, nos seus materiais, pressupõe a crítica constante, o questionar de qual a melhor solução. A utilização das mesmas técnicas construtivas e dos mesmos materiais ao longo de um grande período de tempo não pressupõe uma atitude acrítica, mas sim um profundo conhecimento e aperfeiçoamento do método, dentro das limitações existentes. O senso comum que Manuel Teixeira refere não é compatível com o diálogo entre unidade e diversidade que o mesmo apresenta como produto da arquitectura popular. Da mesma forma, a *imobilidade sem história* de Orlando Ribeiro não é mais que uma negação da evolução, ainda que lenta, é certo, de uma arquitectura que, através de uma atitude empírica, se aprimora e, em simultâneo, se mantém fiel aos seus princípios, geração após geração.

⁴⁵ *Architecture without architects.*

⁴⁶ “For want of a generic label, we shall call it vernacular, anonymous, spontaneous, indigenous, rural, as the case may be.” – Bernard Rudofsky, *Architecture without Architects*, 1964, prefácio.

⁴⁷ Apesar de o autor utilizar o termo *vernacular*, a *arquitectura sem arquitectos* a que este refere é considerada, no contexto deste trabalho, popular.

⁴⁸ Pedro Novo, *pedronovo.pt/arquitectura-sem-arquitectos*, 2013 [consultado em 20/09/2021].

⁴⁹ Manuel Teixeira, *Popular, tradicional, regional, português, nacional*, 2016, p. 157.

3.2. O erudito em arquitectura

e·ru·di·to ⁵⁰

(latim *eruditus*, -a, -um)

adjectivo e nome masculino

1. Que ou quem tem profundos e vastos conhecimentos; que ou quem mostra erudição ou sabedoria. = SABEDOR, SÁBIO ≠ IGNARO, IGNORANTE, NÉSCIO

adjectivo

2. Que se transmite formalmente ou com base na tradição escrita, por oposição a popular (ex.: *música erudita*; *palavras formadas por via erudita*).

O termo *erudito* é, como indica o dicionário, um adjectivo que define algo ou alguém detentor de conhecimento ou sabedoria, pressupondo a sua transmissão formal, por via escrita. O erudito em arquitectura pressupõe uma “reflexão sobre o habitar e sobre a forma num contexto académico e prático” ⁵¹.

A arquitectura erudita é aquela que, produzida por arquitectos ou outros profissionais detentores de conhecimento teórico e obtido por via académica – por oposição a empírica – é fruto de um estudo referencial e aberta a influências externas e a tendências existentes. A sua prática por aqueles que, ao longo da história, fizeram parte da expansão territorial de povos e religiões, proporciona a exposição a múltiplas influências, sejam referências diretas ou formas e correntes de pensamento, o que determina uma renovação relativamente célere.

⁵⁰ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, dicionario.priberam.org/erudito [consultado em 10/09/2021].

⁵¹ Pedro Jorge, *A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita*, 2016, p. 50.

3.3. O vernáculo em arquitectura

ver·ná·cu·lo ⁵²

(latim *vernaculus*, -a, -um, de escravo nascido em casa, de escravo)

adjectivo

1. Próprio do país ou da nação a que pertence. = NACIONAL
2. [Figurado] Diz-se da linguagem sem incorrecções e sem inclusão de estrangeirismos. = CASTIÇO
3. Que se expressa de modo rigoroso e sem incorrecções (ex.: *escritor vernáculo*).

nome masculino

4. Língua própria de um país ou de uma região.

O termo *vernáculo* é, como indica o dicionário, um adjectivo que define o que é próprio, pertencente a um território. Algo que é nativo de um local, sem mutações de influência externa. Este termo, comumente utilizado em linguística, é atribuído a “um idioma que é falado dentro de uma comunidade bem delimitada culturalmente” ⁵³.

Em arquitectura, o vernáculo tem precisamente que ver com as fronteiras, os limites. A noção de pertença por si só não é suficiente, já que o termo pressupõe a exclusividade e a ausência de influências exteriores ou que, ainda que sujeita a estas, se mantenham as suas características diferenciadoras. Ainda assim, o sentimento de pertença é necessário e pode assumir diversas formas, seja o processo construtivo ou a aparência física do edifício, a sua materialidade. No entanto, o conceito de pertença não é algo unicamente físico; não se trata apenas da pertença a determinada geografia, mas também a um povo, uma cultura, um modo de habitar.

A arquitectura vernácula está profundamente relacionada com quem a constrói; é reflexo “das necessidades físicas e sociológicas de um grupo restrito” ⁵⁴, produto de “uma contínua

⁵² Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, dicionario.priberam.org/vernaculo [consultado em 10/09/2021].

⁵³ Pedro Jorge, *A arquitectura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita*, 2016, p. 51.

⁵⁴ *Idem*, p. 51.

evolução e adaptação, ao meio em que se insere e às necessidades das pessoas que a ocupam”⁵⁵.

A definição de uma arquitectura vernácula implica dois momentos: referir o território a que esta arquitectura pertence; identificar as particularidades que a distinguem de outras. A referência a uma arquitectura vernácula implica a determinação dos seus limites.

Mas o vernáculo em arquitectura tem uma particularidade que não existe nas outras disciplinas que utilizam o termo. O tempo em arquitectura é uma dimensão essencial – o passado está presente na referência e na técnica, o presente na construção, e o futuro na forma como esta envelhece e, eventualmente, se torna história. E o vernáculo em arquitectura pode referir-se não só à pertença a um território, como a um período de tempo, uma época na história. A própria pertença a um povo implica esta dimensão; não é válida apenas para a sua extensão no espaço, como também para a sua extensão no tempo.

⁵⁵ Leandro Monteiro, *A habitação vernacular beirã - A arquitetura bioclimática do passado rural português*, 2017, p. 25.

3.4. Popular, erudito, vernáculo – semelhanças e dissemelhanças

Tal como refere o dicionário da língua portuguesa, popular é algo “que se transmite informalmente ou com base na tradição oral, *por oposição a erudito*”. Os dois termos são antónimos e é fácil fazer a sua distinção, ainda que, por vezes, em arquitectura, a linha que os separa seja ténue.

A arquitectura popular opõe-se à erudita, em primeiro lugar, nas suas raízes. As suas origens – mais as sociais que as geográficas – ditam a relação que se estabelece entre ambas. Opõem-se as influências urbanas, a renovação e a necessidade de conhecimento do erudito, às influências rurais, a comodidade e o conformismo do popular. Modos de vida diametralmente distintos, imprimem ritmos também eles diferentes. A arquitectura erudita segue a variação dos estilos, está em constante evolução e aberta ao progresso. Por outro lado, a arquitectura popular, ainda que não sendo imutável, é de evolução lenta, sujeita à experimentação na adaptação às exigências do meio e do modo de vida, que foram também, ao longo da história, lentas na sua mudança. Ao passo que o saber erudito se alastrou pelo mundo, transportado por pessoas e povos que doutrinavam culturas e religiões, as expressões regionais da arquitectura popular permaneceram sempre “como panos de fundo sobre as quais se vinham encastrar e destacar as peças ricas, evoluídas e desenraizadas do património comum dos povos”⁵⁶. Mas popular e erudito não são imunes a influências mútuas.

*Existem pois, em geral, no património arquitectónico dos povos obras de raízes diferentes mas que até certo ponto se completam e influenciam. Os grandes estilos eruditos ganharam frequentemente, aqui e além, expressões locais, resultantes de uma adaptação às condições particulares das regiões diferenciadas. E as feições populares enobrecem-se, por vezes, com a apropriação de elementos ou ensinamentos das arquitecturas eruditas, muito embora essa apropriação de elementos as tenha desvirtuado com alguma frequência.*⁵⁷

Com o popular como base, muitas foram as vezes em que o erudito foi influenciado pelo modo de construir local, harmonizando-se à paisagem onde se insere e adaptando à sua escala e proporção elementos próprios da arquitectura popular. E, da mesma forma, o popular integra elementos que são de origem erudita, ainda que muitas vezes o faça por razões meramente estéticas, sem a compreensão mais profunda da solução formal em que se inspira.

⁵⁶ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. XIX.

⁵⁷ *Idem*, p. XIX e XX.

A arquitectura popular está, portanto, associada ao conceito de tradição, enquanto a arquitectura erudita está associada ao conceito de inovação. O que as distingue, como já foi referido, são os seus ritmos, fruto do meio em que se inserem.

A inércia que o rural opõe à febre de renovação urbana é um facto verificado, mas não um princípio rígido, deliberado e imutável. Forçado pelas circunstâncias, adapta-se a elas e procura restabelecer o equilíbrio entre as condições de vida e os edifícios que as facilitam. Mas procede com lentidão e a contragosto. A rotina e os hábitos de estrita economia retardam as renovações. ⁵⁸

Em arquitectura, a tradição, ainda que comumente associada a imutabilidade, admite a mudança, desde que não radical. Assim, falamos de tradição quando “não é produzida uma cisão evidente com os valores preestabelecidos, mas quando a mudança ocorre (induzida pela necessidade) é incorporada dentro dos valores vigentes, ao invés de os substituir” ⁵⁹. O conceito de tradição e a sua relação com a evolução do tipo arquitectónico é utilizado por Pedro Fonseca Jorge ⁶⁰ numa distinção entre popular e vernáculo; no entanto, estes podem-se revelar mais relevantes para distinguir popular e erudito. O tipo, em arquitectura define-se como “a estrutura conceptual, a matriz da organização espacial que está presente, mesmo com distintas soluções formais, num determinado conjunto de obras que se seleccionaram com um objectivo específico” ⁶¹.

Pedro Jorge integra arquitectura popular e vernácula na ideia de uma *arquitectura sem arquitectos* – a primeira está sujeita a influências externas, enquanto a segunda é imune a estas. “Vernacular e Popular assumem-se como momentos de um percurso histórico” ⁶², em que a arquitectura popular tem origem na introdução de influências externas na arquitectura vernácula. A distinção entre vernáculo e popular tem por base a diversidade tipológica. No vernáculo, a tradição assegura a continuidade associada aos limites que o conceito impõe; só é admitido um tipo arquitectónico, que evolui com a tradição.

A distinção por este autor apresentada mostra-se redutora para a definição de vernáculo, a começar pela integração do vernáculo na ideia de uma *arquitectura sem arquitectos*, o que impossibilita que uma arquitectura erudita seja, também ela, vernácula. A arquitectura

⁵⁸ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1961, p. XXI.

⁵⁹ Pedro Jorge, *A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitectónicos de raiz não-erudita*, 2016, p. 52.

⁶⁰ *Idem*, 2016.

⁶¹ Francisco Barata Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa – As formas da Casa na Forma da Cidade*, 1999.

⁶² Pedro Jorge, *A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitectónicos de raiz não-erudita*, 2016, p. 54.

vernácula é aqui simplificada à sua vertente mais purista, isto é, à arquitectura popular que não apresenta mutações, distinguindo-se assim da restante por se manter pouco ou nada alterada.

Ao contrário do que é defendido por este e outros autores, que apresentam a arquitectura vernácula apenas e só como unidade base da arquitectura popular, isto é, como um popular que carece de evolução, a arquitectura vernácula pode assumir diversas formas, tanto no domínio do popular, como no domínio do erudito. O vernáculo não é um conceito fechado em si mesmo e não pode, de forma alguma, ser entendido como imutável. Neste aspecto – o da assunção da falta de evolução por muitos autores –, o vernáculo tem até bastante em comum com o popular. No entanto, no contexto do popular, como no do erudito, o vernáculo corresponde à expressão arquitectónica própria de um território ou de um tempo, com limites definidos.

É importante sublinhar que o popular de que se fala neste trabalho é de base rural; do popular nas suas feições mais frugais e utilitárias, conformistas com o desconforto. Esta arquitectura popular, que evoluiu muito pouco ao longo dos tempos e se manteve mais constante e fiel às suas características, pode ser vernácula, se for exclusiva de um dado território. Assim como pode ser vernácula aquela arquitectura popular que evoluiu para responder de forma especial às condicionantes do meio, destacando-se assim, dentro de fronteiras definidas, da base a partir da qual progrediu.

Em relação à tradição na arquitectura vernácula, João Vieira Caldas depara-se com um interessante paradoxo ⁶³ – não obstante as ampliações, divisões e reconstruções de que são alvo as construções que estuda, por serem utilizadas por um largo período de tempo, a evolução construtiva e tipológica é bastante reduzida. Afirma também que essas alterações, em que os mesmos materiais e técnicas eram utilizados, tinham a capacidade de não desvirtuar as construções, ao contrário das alterações mais profundas feitas recentemente, com mudanças programáticas e recurso a novos materiais, que se configuram como “anulações do passado” ⁶⁴. A tradição permite a evolução da arquitectura vernácula e a manutenção dos valores do tipo.

Apesar de o mais comum ser associar a arquitectura vernácula à arquitectura popular, a verdade é que, por vezes, nas expressões regionais da arquitectura erudita, já mencionadas, é possível reconhecer as características necessárias à definição de vernáculo, pela forma

⁶³ João Vieira Caldas, *A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve*, 2007, p. 11.

⁶⁴ *Idem*.

como esta se adaptou ao meio e assim se destaca da sua origem (tal como no popular). Mas, no campo do erudito, é também possível o vernáculo referir-se ao tempo. As particularidades que a arquitectura erudita de um dado lugar apresenta, num intervalo de tempo limitado, podem fazer desta vernácula, por serem exclusivas desse período, constituindo diferença significativa sobre outros momentos.

Em suma, e face à extensa bibliografia que não admite a evolução na arquitectura popular e vernácula, é importante regressar à expressão de Orlando Ribeiro, *imobilidade sem história*. A negação ou omissão desta dimensão histórica, sob pena de descaracterizar o que os autores reconhecem como popular e vernáculo, surge perante a sua incapacidade de admitir a flexibilidade dos limites destas arquitecturas, e tem como base a procura por um purismo nas suas definições. Admitir a sua dimensão histórica é aceitar a evolução e a exposição a influências externas. É muito improvável a inexistência de trocas mútuas de influências, sejam elas entre popular e popular, popular e erudito, ou erudito e erudito. No entanto, seja a arquitectura popular ou erudita, o vernáculo assume-se como aquilo que, geralmente, não é contagiado por influências externas; mas, mesmo quando o é, isso apenas acrescenta à sua singularidade, não pondo em causa as suas características fundamentais.

3.5. A tematização do popular

O popular assume, no final do século XIX, uma crescente importância que se traduz na sua afirmação como objeto de estudo e reflexão, papel até então ocupado em grande parte pelo erudito. Já no século XX, integrada num contexto de procura multidisciplinar por uma identidade nacional, a tematização do popular em Portugal acontece através de vários autores, como Ernesto Veiga de Oliveira, na etnologia, Orlando Ribeiro, na geografia humana, ou Henrique de Barros, na agronomia.

No campo da arquitectura, a tematização do popular em Portugal é marcada por dois momentos distintos – a movimento da Casa Portuguesa e o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. No âmbito da Casa Portuguesa, é possível identificar duas fases: uma primeira, que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, durante a crise da monarquia e início da Primeira República; uma segunda, entre os anos 30 e os anos 50 do século XX, durante o Estado Novo.

A mudança do século XIX para o século XX coincide com a consolidação da disciplina da etnologia em Portugal, resultado da procura por uma identidade nacional. Com os primeiros anos do novo século, esta procura estende-se da literatura e tradições imateriais para a “cultura material”.

*Popular e erudito, história e etnologia, arte, literatura e arqueologia são atravessados pelo mesmo ímpeto nacionalizador e entre os diferentes domínios a partir dos quais opera esse trabalho de nacionalização tecem-se cumplicidades e convergências, de pessoas e ideias.*⁶⁵

É neste contexto que tem início o movimento da Casa Portuguesa, em que se destaca Raul Lino como seu principal protagonista. O culminar desta primeira fase é a sua obra, “A Nossa Casa”, de 1918. A proposta deste arquitecto tem uma base de influência mediterrânica, “de forte sotaque sulista”⁶⁶, sobre a qual assentam os restantes elementos, de origem popular ou erudita. Mas o movimento não se restringe a Raul Lino, e ainda que este fosse um grande conhecedor do tema, isto não era a regra para todos os arquitectos que o praticavam. O que a generalidade propõe é que, com base no popular, se constitua um modelo de casa que corresponda à forma como os portugueses constroem e habitam. No entanto, esta proposta materializa-se numa objectificação da arquitectura popular e sua utilização como símbolo nacional, motivo pela qual o movimento nunca foi consensual, sendo vasto o coro de vozes

⁶⁵ João Leal, *Os arquitectos em contexto: Tematizações do popular no século XX português*, 2016, p.18.

⁶⁶ João Leal, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no século XX Português*, 2009, p.7.

dissonantes de diversas disciplinas. Destaca-se o etnógrafo Rocha Peixoto, que se refere à Casa Portuguesa como um “hibridismo etnológico e arqueológico”, produto da colagem de elementos arquitectónicos de distintas regiões e momentos na história.

(...) o movimento da Casa Portuguesa articula-se em torno de duas ideias gêmeas: a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português – designado justamente por casa portuguesa – e a defesa e institucionalização de um formulário arquitectónico – adequado às exigências da vida moderna – inspirado nesse tipo de habitação. ⁶⁷

Após uma década de 20, em que a Casa Portuguesa perde importância para propostas modernistas e de *art déco*, a década de 30 é marcada pelo início do Estado Novo. Apesar do novo regime (como outras ditaduras europeias) se apropriar da relação entre o povo e a nação como sua ideologia oficial, a arquitectura modernista é, durante os anos 30, não só consentida, como estimulada ⁶⁸. Só no final da década existe um regresso do movimento da Casa Portuguesa, numa segunda fase que está associada à edição, em 1933, de “Casas Portuguesas”, obra de Raul Lino que permitiu a ampla difusão das suas propostas pela classe média. Marca também esta segunda fase “a sua cooptação pela política de gosto do Estado Novo, nomeadamente em programas de habitação social e de equipamentos públicos” ⁶⁹.

À Casa Portuguesa, primeiro momento da tematização da arquitectura popular em Portugal, segue-se o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Este segundo momento surge como resposta às características do primeiro – a apropriação da Casa Portuguesa por parte do Estado Novo e, por consequência, a oposição ao movimento moderno. Apesar das suas diferenças, os dois têm pontos comuns que interessam referir: ambos conferem ao popular uma importância que não existia até à data; definem a cultura e a arquitectura popular como sendo de base rural; falam desta cultura e arquitectura popular como algo a partir do qual é possível dissertar sobre a identidade nacional do país ⁷⁰.

Não se trata tanto de constatar o modo como “o popular” é objetivamente o tema transversal a todos eles mas de sublinhar a importância subjetiva que essas tematizações do popular ocuparam na produção de enunciados densos sobre cultura e paisagem, raízes e modernidade, território e pertença. ⁷¹

⁶⁷ João Leal, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no século XX Português*, 2009, p. 6.

⁶⁸ João Leal, *Os arquitectos em contexto: Tematizações do popular no século XX português*, 2016, p. 16.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem*, p. 17.

⁷¹ *Idem*, p. 16 e 17.

Arquitectura regional não é, não pode ser um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos. Não é, não pode ser isso que para aí se tem feito e nos apresentam como exemplo: - beirados graciosos de telhados, paineisinhas de azulejo, alpendres de coluninhas, ferros forjados em profusão...

Pobre de um país se não encontra nos processos de empregar os materiais regionais, nas disposições tomadas para proteger as pessoas e os próprios edifícios contra os rigores do clima e os agentes de destruição, na adaptação às condições de vida, na cultura do povo, no seu engenho, qualquer coisa capaz de imprimir um carácter mais vincado e nobre à sua arquitetura! E pobres dos architectos se não têm a sua missão em mais alta conta do que assegurar aos novos edifícios a feição, o aspecto dos edifícios de antanho!

Mas será que nós não possuímos, realmente, fontes mais puras e coerentes para a formação de uma arquitectura moderna portuguesa, do que pretendem fazer crer os nossos regionalistas... de fachada?

*Só quem não tenha percorrido, de olhos abertos, as nossas cidades, vilas e aldeias assim poderá pensar.*⁷²

⁷² Francisco Keil do Amaral, *Uma Iniciativa Necessária*, 1947.

3.6. O Inquérito – “Uma Iniciativa Necessária”

Sobre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, interessa falar do seu passado, presente e futuro. A importância deste trabalho requer que se perceba, mais do que aquilo em que consistiu, o que levou a que fosse realizado e que legado deixou para as gerações que se lhe seguiram.

Começa-se por distinguir o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa da obra *Arquitectura Popular em Portugal*. A segunda, ainda que produto maior do Inquérito, não inclui a totalidade do vasto trabalho realizado; é antes um resumo, uma seleção do mais representativo da arquitectura popular do país. Como já foi referido, o Inquérito surge como contraposição à imagem da Casa Portuguesa e aos ideais a si associados – a tentativa de standardização do popular e conseqüente obstáculo ao modernismo em Portugal – que se materializavam na desvirtuação da variedade e qualidade da arquitectura popular portuguesa em detrimento de uma solução de hibridismos estéticos, impostos como política de gosto de um regime ditatorial.

Fernando Távora é o primeiro dos protagonistas do Inquérito a criticar o movimento da Casa Portuguesa e a sugerir a realização de uma investigação à arquitectura popular no país. Em 1945, escreveu o artigo “*O Problema da Casa Portuguesa*”, originalmente publicado no jornal *Aléo* e, em 1947, editado em *Cadernos de Arquitectura* nº1.

A Casa à Antiga Portuguesa (...) não introduziu em Portugal qualquer coisa de novo, pelo contrário, veio atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa Arquitectura. (...) Era, pode dizer-se, uma Arquitectura de arqueólogos e nunca uma Arquitectura de arquitectos.

(...)

A colaboração será da maior parte para que o resultado possa satisfazer a todos; impõe-se um trabalho sério, conciso, bem orientado e realista, cujos estudos poderiam, talvez, agrupar-se em três ordens: a) do meio português; b) da Arquitectura portuguesa existente; c) da Arquitectura e das possibilidades da construção moderna no mundo.

(...)

*A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa, numa palavra, aquela que está mais de acordo com as novas intenções.*⁷³

⁷³ Fernando Távora, *O problema da casa portuguesa*, 1945.

Dois anos mais tarde, em 1947, Francisco Keil do Amaral, outro dos protagonistas do Inquérito, escreve o artigo “*Uma Iniciativa Necessária*”, onde é também crítico da Casa Portuguesa (como é possível ver no excerto transcrito anteriormente), mas é bastante mais claro no trabalho que propõe, a começar pelo título. O arquitecto prossegue com a explicação do método de trabalho que viria a servir de base ao Inquérito, bem como da sua logística, lançando o repto ao financiamento da investigação.

Trata-se da recolha e classificação de elementos peculiares à arquitectura portuguesa nas diferentes regiões do País, com vista à publicação de um livro, larga e criteriosamente documentado, onde os estudantes e técnicos de construção pudessem vir a encontrar as bases para um regionalismo honesto, vivo e saudável.

(...)

O que realmente interessa é procurar, em cada região, as maneiras como os habitantes conseguiram resolver os diversos problemas que o clima, os materiais, a economia e as condições de vida inerentes à região impuseram às edificações. Depois, analisar até que ponto as soluções são boas e conservam actualidade, isto é, continuam a ser as mais adequadas, funcional e economicamente. ⁷⁴

Existiu uma primeira tentativa de realizar o Inquérito em 1949, com Keil do Amaral como presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA), que acabou por não acontecer. Só em 1955 se consegue o financiamento necessário para a realização da investigação, junto do Ministério das Obras Públicas. O SNA logra assim financiar o Inquérito junto de quem menos tinha a ganhar com ele – o governo –, tendo em conta os resultados que os arquitectos sabiam que iam encontrar no terreno ⁷⁵. Ainda assim, a relevância do popular para a ideologia do Estado Novo permite que este projecto seja realizado.

A realização do Inquérito foi bastante condicionada pelo orçamento e tempo disponíveis. O país foi dividido em seis zonas, pelas quais se distribuíram seis equipas, cada uma constituída por “três arquitectos: dois jovens e um mais experiente” ⁷⁶. Foram definidos os aspectos a analisar pelas equipas no terreno: meio; tipos de povoamento; tipos de construções/mapas tipológicos; materiais e técnicas construtivas; equipamentos; expressões arquitectónicas. ⁷⁷

⁷⁴ Francisco Keil do Amaral, *Uma Iniciativa Necessária*, 1947.

⁷⁵ Como é notório no último parágrafo da citação do artigo de Fernando Távora.

⁷⁶ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 1961, p. XXIV.

⁷⁷ Francisco Gomes, *Crítica à “Grelha C.I.A.M” e “Arquitectura Popular em Portugal”*, 2016, p. 475.

Em três meses de deambulações, percorreram os seis grupos cerca de 50.000 quilómetros, de automóvel, de scooter, a cavalo e a pé. Detiveram-se em centenas e centenas de povoados, nos quais fizeram cerca de 10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e tomaram milhares de notas escritas.

*Na posse dessa bagagem, deram início, em conjunto, a um trabalho de ordenação, classificação e análise sistemática, que se prolongou por mais de um ano.*⁷⁸

O trabalho de organização e compilação de todo o material recolhido no terreno ditou a necessidade de se resumir ao essencial aquilo que seria publicado, e permitiu a cada equipa tratar a sua zona sem utilizar um método comum a todo o Inquérito.

Há pequenos pormenores semânticos que marcam em muito a diferença entre o Inquérito e o momento que o antecedeu. O primeiro está presente no supracitado artigo de Fernando Távora – a *Casa à Antiga Portuguesa* que o arquitecto crítica é o resultado da produção da Casa Portuguesa por arquitectos que, ao contrário de Raul Lino, não a dominavam. É também, por diversas vezes, utilizado o plural como contradição – as casas portuguesas, e não a Casa Portuguesa – precisamente para assinalar a impossibilidade de padronizar num tipo toda a variedade da arquitectura popular do país. O título da obra que resultou do Inquérito – “Arquitectura Popular em Portugal”, ao invés de Arquitectura Popular Portuguesa – vem também tentar quebrar a ideia da existência de uma arquitectura popular portuguesa, mas sim de diversas arquitecturas populares em Portugal.

*Portugal, por exemplo, carece de unidade em matéria de Arquitectura. Não existem, de todo, uma Arquitectura Portuguesa ou uma casa portuguesa. Entre uma aldeia minhota e um monte alentejano, há diferenças muito mais profundas do que entre certas construções portuguesas e gregas. Entre as habitações do Paul e as de Évora-Monte, são insignificantes os traços comuns. Entre as casas de Fuzeta e as de Lamas de Olo, quase não existem sequer elos de ligação...*⁷⁹

A visão decorativa que estava presente na Casa Portuguesa é contraposta por uma conceção funcional presente no popular do Inquérito. O Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa vem assim opor-se ao movimento da Casa Portuguesa, que rejeitava o moderno. Esta arquitectura popular que tinha sido estudada era vista, pelos arquitectos, como moderna, como é notório nas entrevistas de João Leal a Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira.

⁷⁸ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. XXIV.

⁷⁹ *Idem*, p. XX.

E eu lembro-me que na véspera da visita do Salazar à SNBA⁸⁰ fez-se uma projecção de slides para o Arantes e Oliveira⁸¹ e passou em determinada altura um conjunto de casas – no Sul – todas iguais, com aquelas chaminés alentejanas fortes, uma solução bastante fechada. E o ministro disse “que bonito, isso parece arquitectura moderna”. E eu que estava atrás – lembro-me perfeitamente disto – disse-lhe “mas, ó sr. ministro, o Inquérito vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”. E ele disse-me assim: “o sr. arquitecto pense isso, mas não diga isso amanhã ao Sr. Presidente do Conselho”.⁸²

Nós ficávamos contentes, muito contentes, muito satisfeitos, quando encontrávamos expressões de arquitectura popular que tinham semelhanças com aquilo que nós achávamos que era a arquitectura moderna. Quando descobríamos por exemplo casas com uma só água, com paredes com empenas cegas e que tinham homologias com expressões que nós procurávamos utilizar na arquitectura que fazíamos. Ficávamos de facto muito contentes quando víamos uma construção que parecia ser moderna, que podia ter sido feita por um de nós.⁸³

Com a realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa e a publicação de *Arquitectura Popular em Portugal*, a disciplina integra um processo de “contracultura popular erudita”⁸⁴, em paralelo com outras áreas do conhecimento como a música popular, a arte popular ou o documentarismo etnográfico. Este processo tem início nos anos 50 e intensifica-se nos anos 60 do século XX, e vem alterar a percepção do país rural e da cultura popular, opondo-se às políticas de gosto e tentativas de standardização do Estado Novo.

A percepção e herança do Inquérito a quem se lhe seguiu é tema de um enorme número de artigos e publicações, de entre os quais destaco o artigo “*A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*”⁸⁵, de Marta Prista. A autora reflete sobre a importância do Inquérito e o seu posicionamento na história da arquitectura em Portugal através da análise dos prefácios das quatro edições de *Arquitectura Popular em Portugal*.

⁸⁰ Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa.

⁸¹ Eduardo de Arantes e Oliveira (1907-1982), engenheiro, Ministro das Obras Públicas entre 1954 e 1967

⁸² Entrevista a Fernando Távora, onde o arquitecto descreve os preparativos de uma sessão de apresentação do Inquérito a Salazar [1996], João Leal, *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no século XX Portugêses*, 2009, p. 41

⁸³ Entrevista a Nuno Teotónio Pereira, arquitecto que dirigiu a equipa do Inquérito responsável pela Estremadura [2000], João Leal, *Os arquitectos em contexto: Tematizações do popular no século XX português*, 2016, p.21.

⁸⁴ João Leal, *Os arquitectos em contexto: Tematizações do popular no século XX português*, 2016, p.22.

⁸⁵ Marta Prista, *A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*, 2016.

O prefácio da 1ª edição, de 1961, é assinado pela direção do SNA e refere **o Inquérito como conhecimento**. O Inquérito é apresentado como “produto e produtor de modernidade”⁸⁶, sendo reconhecido o trabalho dos arquitectos que o protagonizaram.

Os prefácios da 2ª e 3ª edições, de 1979 e 1987, são assinados pela Direção da AAP⁸⁷ e por Nuno Teotónio Pereira, respectivamente. Em ambos, é reconhecido **o Inquérito como memória**. Findado o Estado Novo, o Inquérito é visto como um ato de resistência ao regime e resposta à Casa Portuguesa enquanto política de gosto. No contexto de um mundo em rápido desenvolvimento, é reconhecido “como acontecimento histórico e testemunho de um mundo desaparecido”⁸⁸. É neste período que se toma a iniciativa de completar a pesquisa iniciada pelo Inquérito, no território nacional que havia ficado por estudar, que vem mais tarde dar origem à obra “Arquitectura Popular dos Açores”⁸⁹.

O prefácio da 4ª edição, de 2003, é assinado por Helena Roseta e reconhece **o Inquérito como história**. Mais de 40 anos depois, é possível afirmar que o Inquérito marca “o momento a partir do qual a relação entre tradição e modernidade se reveste de maior erudição”⁹⁰. A obra afirma-se como acontecimento fundamental na história recente da arquitectura em Portugal, constituindo a maior alteração no curso da arquitectura moderna portuguesa.

⁸⁶ Marta Prista, *A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*, 2016, p. 278.

⁸⁷ AAP - Associação dos Arquitectos Portugueses, antigo SNA

⁸⁸ Marta Prista, *A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*, 2016, p.280.

⁸⁹ João Vieira Caldas *et al*, *Arquitectura Popular dos Açores*, 2000.

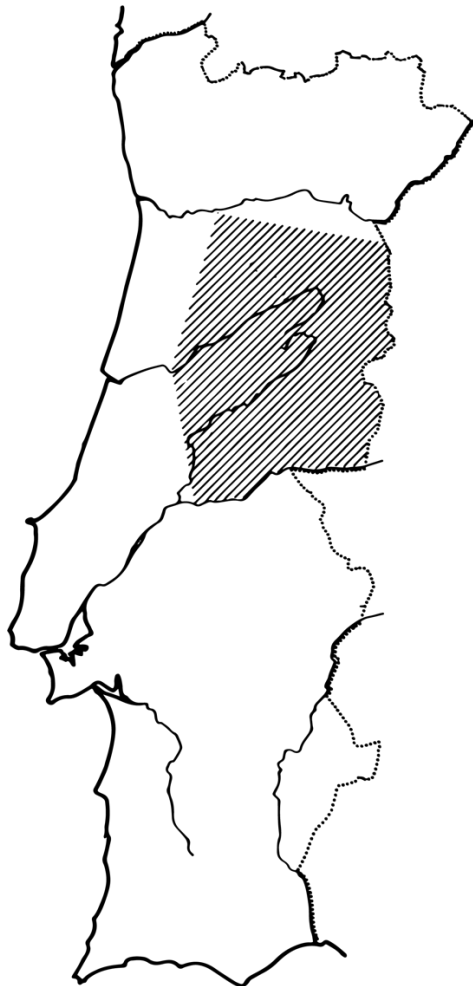
Também existe a obra *Arquitectura Popular da Madeira*, mas não por iniciativa da APP, antes por iniciativa privada de Victor Mestre, tendo sido editada em 2001.

⁹⁰ Marta Prista, *A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa*, 2016, p.285.

4. A arquitectura popular na Serra da Estrela

4.1. A região beirã segundo o Inquérito – a Zona 3

A zona 3 do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa compreende a quase totalidade da região beirã (com excepção da Beira Litoral), e foi estudada pela equipa constituída pelos arquitectos Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato, sob a liderança do primeiro. Neste território, as serras e os rios são os principais elementos estruturantes, dos quais se destacam a Serra da Estrela, o Rio Mondego e o Rio Zêzere. A norte, as semelhanças com o território transmontano são muitas, fruto da clara influência do clima continental, enquanto a sul é a influência do clima mediterrânico que é determinante para as semelhanças com o Alto Alentejo.



F6: Localização da Zona 3 do Inquérito em Portugal Continental ⁹¹.

⁹¹ Fonte: Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 219.

A agricultura e a ocupação humana

A ocupação humana nas Beiras caracteriza-se pela estreita relação com a natureza e a grande importância da agricultura, de técnica ainda bastante rudimentar, que se estende à arquitectura, também ela profundamente influenciada pela actividade agrícola. Segundo os autores, “as imposições da agricultura dominam o panorama dos factores condicionantes nas edificações”⁹².

A Beira Alta é marcada por solos pouco férteis que, associados a uma rudimentaridade das técnicas, dita um “primitivismo de vida, de interesses e de aspirações”⁹³. Os terrenos são de pequena dimensão e predomina a agricultura de subsistência, para consumo próprio, característica comum à criação de gado. Já na Beira Baixa, os terrenos são maiores dimensões e os solos mais férteis. Pratica-se uma agricultura em maior escala, com semelhanças às grandes propriedades alentejanas.

A qualidade dos solos tem influência sobre a implantação das edificações – quando os solos são mais férteis, a implantação é mais concentrada, de modo a preservar o sustento, preocupação menos relevante em zonas de solo menos fértil, em que os povoados acabam por se dispersar. A densidade das povoações está também dependente do tipo de cultivo praticado – regadio, sequeiro ou montado e olival correspondem, respectivamente, a uma concentração maior, intermédia ou menor das construções. Deste modo, a localização da ocupação humana é definida, essencialmente, pela morfologia dos terrenos, a qualidade dos solos e a proximidade da água.

A estrutura dos povoados

As aldeias da Beira carecem de planeamento urbanístico, sendo o espaço público determinado pelo espaço livre entre as casas, que são na sua maioria construídas pelos próprios habitantes, respondendo às suas necessidades e transparecendo os seus constrangimentos. Os caminhos – ou o espaço que sobra – são muitas vezes de terra batida, e quando são pavimentados, podem ser por pedras de pequenas dimensões ou grandes lajes. Os alargamentos dos caminhos e ruas resultam em largos, que estão normalmente associados a edifícios de maiores dimensões, como igrejas ou solares, ou a edifícios administrativos. e onde normalmente se localiza o pelourinho. Outros espaços de uso público são as fontes e os fornos comunitários.

⁹² Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 273.

⁹³ *Idem*, p. 224.

As construções das Beiras utilizam materiais disponíveis no local, o que confere aos povoados uma identidade visual semelhante à paisagem que os rodeia, camuflando-os na envolvente e diminuindo o seu impacto visual. Destacam-se na imagem geral dos aglomerados populacionais algumas construções de maior dimensão, sejam elas de cariz militar (castelos), religioso (igrejas), ou nobre (solares). Os solares e igrejas destacam-se ainda por serem, muitas vezes, os únicos edifícios onde é utilizado o reboco, o que se junta à sua dimensão para acentuar o destaque na envolvente. Construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX, “estes solares nem sempre se integram nas correntes da Arquitectura regional. São, frequentemente, peças valiosas, eruditas ou erudizantes, mas alheias ao meio natural e aos seus factores condicionantes”⁹⁴. Existem, no entanto, exceções quando falamos dos solares das Beiras, em que a sobriedade – “humildade do aparato”⁹⁵ – das construções as integra na sua envolvente e na paisagem da região, seja por cuidados na escala, no uso dos materiais, ou até na erudização de elementos da arquitectura popular.

Os materiais e as técnicas construtivas

Os materiais de construção mais correntes na região beirã são o granito, o xisto, o castanho e o pinho. Em zonas mais localizadas, recorre-se também à utilização do colmo, do adobe e do calcário. Destes materiais, o mais comum e também mais importante na construção desta região, pelas suas características físicas, é o granito. Era geralmente utilizado numa alvenaria de blocos sobrepostos, característica que chegou ao tempo do Inquérito. A utilização de argamassas de ligação, ainda que não generalizada, é posterior ao século XVIII. Na Beira, a cal era considerada um material de luxo, por não existir na região, motivo pela qual apenas era empregue em construções eruditas, como igrejas ou solares, ou em outros casos excepcionais. O granito pode também ser encontrado em formas diferentes das normais: junto a cursos de água, na forma de pedras roladas, que são utilizadas na construção, fraturadas ao meio, de forma a criar uma face lisa, e, numa zona específica junto à fronteira, a sul de Vilar Formoso, na forma de grandes lajes de baixa espessura – característica normal no xisto, mas rara no granito.

O xisto, segundo material mais utilizado na alvenaria de pedra desta região, é de mais fácil extração, mas menor resistência que o granito. Esta rocha tem a característica de providenciar finas lousas que compõem os telhados das suas construções. As peças de xisto são geralmente de dimensão inferior, o que permite maior versatilidade na alvenaria que

⁹⁴ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 302.

⁹⁵ *Idem*, p. 303.

compõem, bem como mais fácil transporte e aplicação, mas que compromete a estabilidade, quando comparada com o granito. É raro encontrar, em zonas de xisto, peças com a resistência e dimensão necessária para servir de verga a um vão, razão pela qual é regularmente utilizada madeira de castanho para este elemento. As regiões de transição são assim marcadas pelo emprego do granito nas zonas de carecem de maior resistência nas construções, como os cunhais e as vergas.

Das madeiras, como já se referiu, destaca-se o pinho e o castanho, utilizados em portas, janelas (muitas vezes sem vidro), cancelas e varandas, assim como no piso das habitações (exceto o da loja). Este material é também utilizado na estrutura dos telhados e, em casas mais abastadas, no revestimento dos tectos.

As coberturas mais comuns na região são em telha de canudo, substituída por lousas de xisto nas zonas em que abunda este material, e colmo na zona de Montemuro.

A forma como se constrói é também reflexo da organização social e das relações de vizinhança. A densidade de muitos povoados é de tal ordem que a sobreposição de construções, a partilha de paredes, telhados ou balcões, dificulta o reconhecimento dos limites de cada edificação.

As construções da arquitectura popular beirã

A arquitectura popular beirã de base rural caracteriza-se pela pouca mutabilidade em muitas centenas de anos, até à data do Inquérito. Pode dizer-se que, nesta região, o modo de construir se alterou mais nos últimos 60 anos que nos 600 anos que os antecederam. A construção é marcada por legados tão antigos quanto a utilização da telha e modo de aparelhar a pedra, herança romana, ou a simplicidade das casas existentes nos castros como unidade básica de habitação, herança lusitana. O mesmo acontece com as técnicas utilizadas na agricultura. Ainda se utilizam os mesmos utensílios, se recorre às mesmas técnicas milenares e se criam os mesmos animais – os bois, para auxílio à actividade agrícola, e as ovelhas, que fornecem o leite, a lã e a carne.

Tudo na casa beirã é pensado de modo a responder às necessidades da agricultura, por esta ser a principal forma de sustento.

Metade da superfície coberta, ou mais ainda, destina-se aos animais domésticos – que fabricam o estrume indispensável à fertilização da terra –, às alfaias, às arrecadações de palha para o gado comer e dos géneros alimentícios que a terra produz. Nas próprias dependências

destinadas à acomodação da família rural, não é raro que os produtos da terra ocupem sectores importantes do sobrado, das varandas, dos tectos sobranceiros ao chão de pedra onde se acende o lume e encham algumas arcas de madeira, que constituem o essencial do mobiliário beirão das casas modestas. ⁹⁶

São de notar ainda, na arquitectura popular desta região, as construções de apoio à agricultura – os palheiros, as casas da eira, os espigueiros, os lagares, as adegas, as azenhas – e à pastorícia – os abrigos de pastores, geralmente localizados em locais de maior altitude e maior afastamento das povoações.

As casas e os seus tipos

As habitações da região beirã têm em comum “o largo emprego do granito e do xisto, as escadas, as varandas, a presença dos animais, a generosa repartição da casa com eles, a economia dos processos de construção, o desconforto” ⁹⁷. O tipo predominante é a casa em alvenaria de pedra à vista, com dois pisos e escada exterior de acesso ao balcão, espaço de estar exterior através do qual se acede de acesso ao interior da habitação, no primeiro andar, localizado sobre uma loja para animais e alfaias. A maioria das casas tem muito poucas aberturas e não tem chaminé. O espaço, geralmente retangular e irregular, tem apenas um recanto reforçado que corresponde à lareira, onde se cozinha, e uma pequena alcova onde dormem os seus habitantes. Esta pode ser considerada a unidade base da zona 3, e é identificada pelo Inquérito com a letra A. Sobre este tipo, tela de fundo do território beirão, encontram-se os restantes seis que são identificados neste capítulo da *Arquitectura Popular em Portugal*, com uma implantação geográfica mais reduzida e localizada.

Na região de Montemuro é possível encontrar um tipo de casa, de um ou dois pisos, com paredes de granito e telhado de colmo – alguns exemplos contam ainda com uma cimalha de granito, na qual encaixa o telhado. A organização interior é semelhante à do Tipo A, à excepção de algumas casas mais simples, de apenas um piso, em que o espaço destinado aos animais ocupa um lugar contíguo à casa, ao mesmo nível. Este tipo é identificado com a letra B.

A norte de Vilar Formoso encontra-se o Tipo C, que se caracteriza por um maior número de espaços interiores que os tipos A e B. A casa é térrea, de apenas um piso, e a sua alvenaria de pedra é constituída por granito de pequena dimensão. O espaço destinado aos animais é

⁹⁶ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 273.

⁹⁷ *Idem*, p. 241.

adjacente ao de habitação, e é normal encontrar casas caiadas no seu interior, característica que se estende ao rebordo exterior dos vãos. O balcão, enquanto espaço de estar exterior, é substituído por um banco de pedra junto à entrada da casa. A porta é normalmente dividida horizontalmente em duas partes, em que pode ser aberta apenas a superior, servindo de janela. É comum a existência de sótãos, que serviam como espaço de armazenamento.

No Paul, entre o Fundão e a Covilhã, encontra-se o Tipo D, uma casa com três pisos caracterizada pela alvenaria de pedra granítica rolada e xisto, sendo empregue uma argamassa de barro vermelho, com utilização de peças maiores de granito nos cunhais, vergas e ombreiras. O piso térreo é uma loja, para animais e alfaias, e os dois pisos superiores são destinados à habitação. O acesso vertical é feito pelo interior, através de escadas de madeira. A característica mais evidente deste tipo é a varanda em madeira no último piso, que avança em relação à fachada e tem uma guarda balaustrada em madeira, por vezes “com gracioso recorte”⁹⁸. A parede deste piso é geralmente construída em taipa de ripado e barro, sendo recuada em relação aos pisos inferiores.

A sul de Vilar Formoso, junto à fronteira, é identificado o Tipo E – característico das aldeias de Nave de Haver e Malhada Sorda. Este tipo tem de particular a utilização de grandes lajes de granito, em elementos como coberturas, guardas, paredes, pavimentos, pilares ou vedações. Esta utilização varia desde a simples aplicação em paredes de casas de apenas um piso, ao emprego na construção de habitações maiores, com grandes varandas e algumas influências eruditas.

Nos extremos sudoeste e sudeste da região beirã, junto ao Tejo, encontramos, respetivamente, os tipos F e G. No primeiro, encontram-se casas construídas em alvenaria de xisto, aparente no exterior, à exceção do contorno dos vãos, que é caiado como as paredes interiores. Ambos os pisos são destinados a habitação, com a cozinha no primeiro andar e escada interior. Os animais eram mantidos em espaços separados das habitações. O exemplo dado para este tipo é a aldeia de Malpica do Tejo.

O Tipo G é já uma transição para a arquitectura característica da Estremadura. A alvenaria argamassada é frequente, bem como a caiação exterior das casas. Encontram-se neste tipo chaminés, elemento ausente da maior parte da arquitectura popular das Beiras. São casas mais confortáveis, com maior cuidado na sua construção, atenção às proporções e

⁹⁸ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 250.

enquadramento dos vãos. Ambos os pisos são destinados a habitação, com escada interior, e a relação com os animais é mais distante.

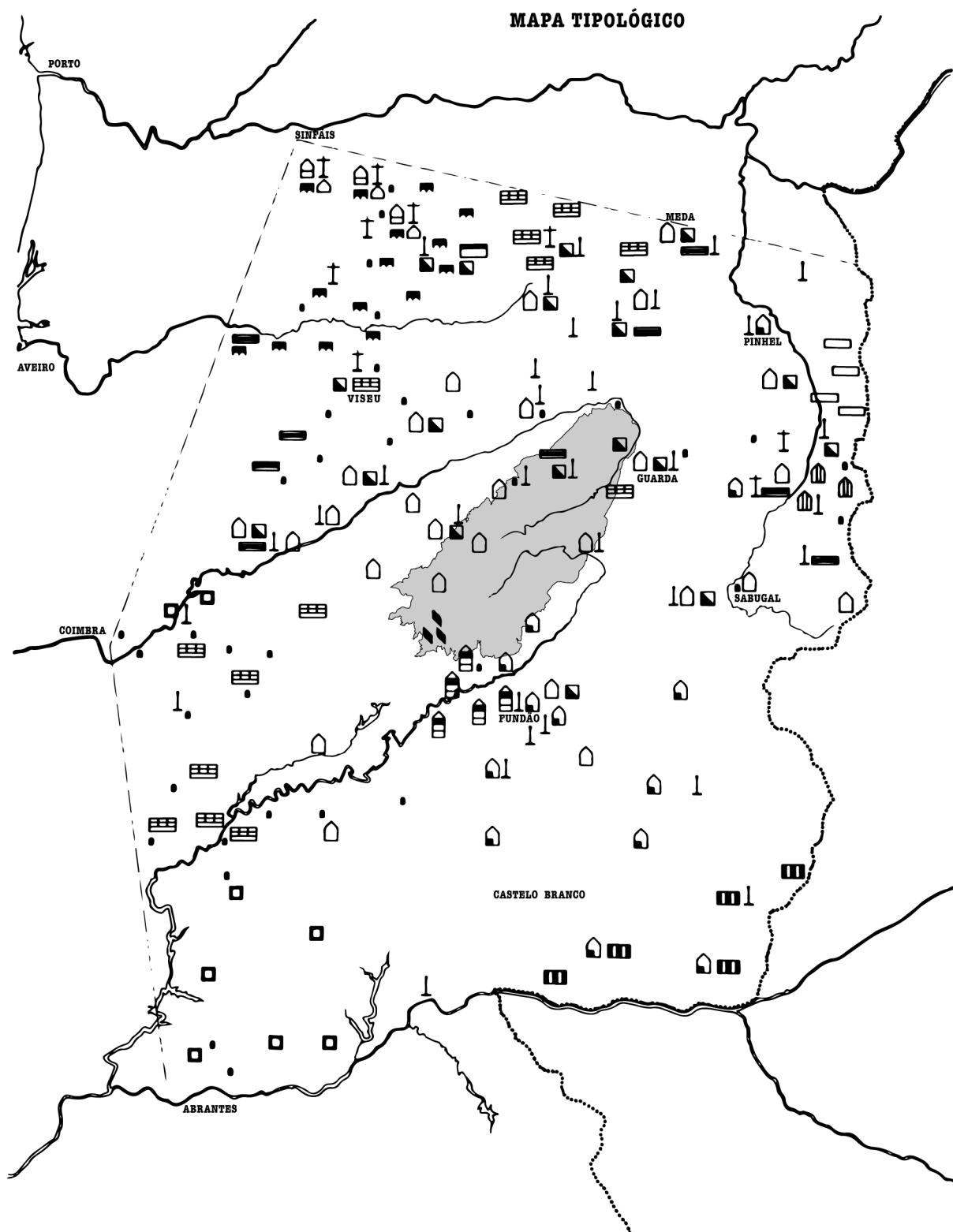
O mapa tipológico e respectivo quadro que lhe serve de legenda, que a seguir se apresenta é retirado da obra *Arquitectura Popular em Portugal* e identifica não só os tipos acima mencionados, como as variantes do Tipo A e outros elementos arquitectónicos marcantes desta região.

Como já foi referido, o Tipo A pode ser considerado a tela de fundo da região beirã – a unidade base da habitação neste território. É, portanto, natural que este tipo, presente em zonas e implantações tão distintas, assumia diversas formas, que foram pelos autores do Inquérito consideradas como variantes da casa típica. São estas: casa com escada exterior e alpendre; casa com varandas envidraçadas; casa com varandas e grades de ferro. São também referidas as casas dos Judeus, as únicas cujo nome não se autoexplica. Os Judeus que se estabeleceram na região beirã não tinham, normalmente, a agricultura como ocupação, tendo-se dedicado ao comércio ou ao artesanato. Assim, as suas casas têm, geralmente, dois pisos e fenestração reduzida, sendo facilmente identificáveis pela existência de duas portas lado a lado – uma de acesso à oficina e outra à habitação, no piso superior, uma vez que a escada é interior.

Os elementos em destaque

Os arquitectos que, no Inquérito, percorreram a zona 3, destacam as varandas como uma das principais características da arquitectura regional beirã. São muitas vezes elementos de expressão das habitações, através das suas guardas, pilares ou, em alguns casos, envidraçados. As varandas são um dos poucos elementos onde a arquitectura mais singela e funcional se permite a preocupações estéticas. A guarda é, na maioria das vezes, em madeira, com algumas exceções em que se utiliza o metal, nomeadamente na proximidade de Viseu, ou grandes lajes de granito, como na região da Guarda. Outro pormenor com mais cuidado estético que é passível de ser encontrado nesta região é o remate superior das escadas e o encurtamento do lintel com cachorros.












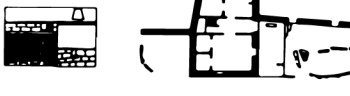

















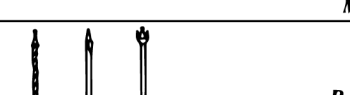

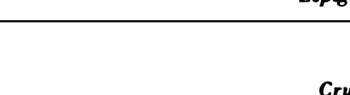



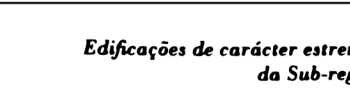
As constantes na arquitectura popular beirã são essencialmente de escala e proporção, destacando-se a simplicidade dos volumes e a sua solidez, quase hermética. Apesar de estas serem características bem vincadas na região, são pelos autores consideradas como extensivas a grande parte da arquitectura popular em Portugal.



F7: Mapa tipológico da Zona 3 da *Arquitectura Popular em Portugal*⁹⁹.

Adicionou-se sobre o mapa a mancha a cinza, que indica a área do Parque Natural da Serra da Estrela.

⁹⁹ Fonte: Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 258.

		<i>Casas típicas da Sub-região A</i>			<i>Casas típicas da Sub-região F</i>
		<i>Variante, com escada exterior e alpendre</i>			<i>Casas típicas da Sub-região D</i>
		<i>Variante, com varandas envidraçadas</i>			<i>Casas típicas da Sub-região E</i>
		<i>Variante, com varandas e grades de ferro</i>			<i>Casas típicas da Sub-região C</i>
		<i>Casas dos Judeus</i>			<i>Casas típicas da Sub-região B</i>
		<i>Abrigos serranos para as ovelhas e os pastores</i>			<i>Casas típicas da Sub-região B</i>
		<i>Mercados</i>			<i>Espigueiros</i>
		<i>Pelourinho</i>			<i>Cruzeiros</i>
		<i>Alminhas</i>			<i>Edificações de carácter estremo da Sub-região C</i>

F8: Quadro tipológico que serve de legenda ao mapa da página anterior ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Fonte: Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 259.

4.2. A Serra da Estrela e o Inquérito em confronto

Em relação à Serra da Estrela, a informação apresentada na *Arquitetura Popular em Portugal* (APP) é bastante diminuta. O texto menciona pouco esta região em específico. Interessa começar por referir que, ainda que na Serra da Estrela se localize o ponto de maior altitude em território nacional continental (1993 metros na Torre), a ocupação humana deste território é feita apenas até aos 900 metros, à exceção de 5 aldeias – Sabugueiro, Folgosinho, Videmonte, Trinta e Maçainhas – todas abaixo dos 1100 metros. A seguinte referência, feita na APP, começa por dar algumas pistas sobre a relação do clima que se faz sentir nas zonas de maior altitude com a ocupação humana da Serra.

(...) em plena serra da Estrela, fora das áreas onde as invernias expulsaram os homens, foi ao longo das linhas de água, em cujas imediações viceja de preferência o milho grosso, que se localizaram e organizaram as habitações humanas e dos animais domésticos. ¹⁰¹

A agricultura e a ocupação humana

Como já foi referido para a generalidade da região beirã, a ocupação humana é feita de forma a poupar os terrenos mais férteis. Este princípio aplica-se de igual forma na Serra da Estrela, com a particularidade de, por ser uma zona de montanha, isto implicar em muitos casos a implantação das povoações na meia encosta, ou até numa posição de cumeeira.



F9 (à esquerda): Aldeia de Videmonte, implantada num planalto sobre o Rio Mondego.

F10 (à direita): Aldeia de Casal do Rei, implantada numa encosta do vale da Ribeira de Loriga.

Ainda que a generalidade se localize em encostas com declives não superiores a 25% ¹⁰², as povoações que se localizam em zonas de xisto, nomeadamente nos vales do sudoeste (como

¹⁰¹ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitetura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 263.

¹⁰² Eduardo Osório Gonçalves, *Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela*, 1985, p. 8.

é o caso de Casal do Rei), não raras vezes se encontram em encostas em que a inclinação pode alcançar os 70 a 80% ¹⁰³. Estas são pelo Homem dominadas através da construção de socalcos que permitem a prática da agricultura, principal ocupação dos habitantes da região. Ainda assim, os socalcos não são exclusivos, nem das encostas com maior inclinação, nem das zonas de xisto, são antes elementos comuns a todo o território em estudo. As imagens que se seguem mostram socalcos em zonas de granito e em zonas de xisto.



F11 (à esquerda): Vestígios de socalcos e construções de apoio à agricultura, no vale do Mondego.

F12 (à direita, em cima): Socalcos na encosta oposta à aldeia de Vasco Esteves de Cima.

F13 (à direita, em baixo): Escada entre socalcos, em Casal do Rei.

Existem na *Arquitetura Popular em Portugal* referências relativas à estrutura dos povoados da Serra da Estrela: uma em relação a Loriga ¹⁰⁴ e à interessante forma como a vila se estrutura a partir de uma cumeeira, no encaixe de dois vales e do cruzamento das ribeiras que correm em ambos; outra refere a forma como se implanta a aldeia de Valezim ¹⁰⁵, em que as construções foram feitas na meia encosta, em solo pedregoso e pouco fértil, com maior inclinação, de modo a libertar o espaço fértil e mais plano junto ao curso de água.

¹⁰³ Eduardo Osório Gonçalves, *Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela*, 1985, p. 9.

¹⁰⁴ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitetura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 265.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 266.



F14: Valezim, com a ribeira em primeiro plano, seguindo-se os campos de cereais e as edificações. ¹⁰⁶



F15: Loriga, implantada no encaixe de dois vales.

¹⁰⁶ Fonte: Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 266.

A estrutura dos povoados

A generalidade dos povoados da Serra da Estrela é estruturada em torno de uma rua principal que atravessa o núcleo urbano e se alarga no adro da igreja. Os restantes espaços públicos existentes dependem da importância da povoação, e podem ser fontes, fornos comunitários, ou espaços administrativos. Estes últimos consistem normalmente na casa da câmara e pelourinho, também frequentemente associados a largos, como é o caso de Melo.



F16 (à esquerda): Largo do pelourinho em Melo, com a casa da câmara do lado esquerdo.

F17 (à direita): Adro da igreja em Videmonte.

As povoações organizam-se em ruas, travessas e pátios que acompanham as encostas, procurando a exposição solar, arejamento e proteção contra os fatores do clima. O centro – geralmente em redor da igreja – é de grande densidade, e as construções são adjacentes e, por vezes, sobrepostas, o que dá origem a quarteirões irregulares. Encontram-se também passagens sob os edifícios, que unem ruas a outras ruas ou travessas.

A exceção são algumas aldeias localizadas nos já referidos vales do sudoeste, em zonas xísticas de grande inclinação. Estas aldeias são, no geral, menos populosas que as de zonas graníticas ou menos íngremes, ainda que a sua densidade seja superior. Os caminhos dentro das aldeias são estreitos e sinuosos, de acesso apenas pedonal. As ruas são em rampa e muitas vezes substituídas por escadas, e o espaço público quase inexistente. Ainda assim, é na *Arquitectura Popular em Portugal* documentado um pequeno e interessante largo, no Outeiro da Vinha, que reúne “igreja, fontanário e terreiro de reunião e danças” ¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 237.



F18 (à esquerda): Estreito caminho pedonal em granito, em Alvoco da Serra.

F19 (ao centro): Caminho íngreme em Vila Soeiro, aldeia numa zona granítica.

F20 (à direita): Passagem sob uma habitação em Vila Soeiro.



F21 (à esquerda): Escadas em xisto que constituem o espaço público, em Vasco Esteves de Cima.

F22 (ao centro): Escadas em cimento no lugar dos antigos caminhos de terra batida, no Fontão.

F23 (à direita): Escadas em xisto adjacentes à levada de água, seca no verão, no Fontão.

Os materiais e as técnicas construtivas

Como já foi referido, a arquitectura popular faz uso dos materiais disponíveis no local, assim como de técnicas que são transmitidas por via oral, de geração em geração. A Beira, neste aspecto, impressiona quase sempre pela sua frugalidade e racionalidade, e a Serra da Estrela não é diferente. Este território pode ser considerado uma amostra daquilo que é encontrado na generalidade da restante região beirã. Dominam o xisto e o granito, quando falamos de

pedra utilizada na alvenaria das construções, e o castanho e o pinho quando nos referimos às madeiras, como é possível observar nos mapas presentes na *Arquitectura Popular em Portugal*, e comprovável *in loco*. São também observáveis alguns pormenores interessantes que interessam constatar. Um deles é a utilização de pequenas pedras ou lascas nos interstícios entre as peças maiores que compõem as diferentes alvenarias.



F24 (à esquerda): Alvenaria de granito com pequenas pedras de granito nos espaços sobrantes, em Vila Soeiro.

F25 (ao centro): Alvenaria de granito com lascas de xisto nos espaços sobrantes, em Videmonte.

F26 (à direita): Alvenaria de xisto com lascas de xisto nos espaços sobrantes, em Vasco Esteves de Cima.



F27 (à esquerda): Cunhal de granito em alvenaria de granito, em Valezim.

F28 (ao centro): Cunhal de granito em alvenaria mista de xisto e granito, em Videmonte.

F29 (à direita): Cunhal de rocha corneana em alvenaria de xisto, em Casal do Rei.

As construções da arquitectura popular da Serra da Estrela

Os terrenos férteis das povoações, por vezes não tão próximos das habitações, ou até em encostas opostas, têm regularmente associados pequenos palheiros que serviam de apoio à agricultura e armazenamento dos seus produtos. Estas construções eram também utilizadas para guardar os animais, que em algumas aldeias eram mantidos junto aos terrenos e não nas lojas das casas.



F30 (à esquerda): Palheiro de apoio à agricultura em alvenaria de granito, em Alvoco da Serra.

F31 (à direita): Palheiro de apoio à agricultura em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.

Destacam-se também os abrigos para pastores, espalhados por toda o território, que serviam de guarida àqueles que, no verão, subiam à Serra com os seus rebanhos em busca de pastagens verdes, que escasseiam na base da montanha, num movimento pendular a que se dá o nome de transumância. A Serra da Estrela tem também bastantes azenhas, necessárias à moagem dos cereais, que são as culturas mais cultivadas nesta região.



F32 (à esquerda): Abrigo para pastores em alvenaria de xisto, na cumeeira entre Cabeça e Fontão.

F33 (à direita): Azenha em alvenaria de xisto, na margem da ribeira de Loriga, em Casal do Rei.

As casas e os seus tipos

A arquitectura popular da Serra da Estrela é, na sua maioria, correspondente ao Tipo A identificado pelos arquitectos responsáveis pelo Inquérito e apresentado no capítulo anterior. Este tipo é passível de ser encontrado com alvenaria de granito, xisto ou mista. As habitações têm, na sua forma mais comum, planta retangular e dois pisos – o inferior corresponde à loja e o superior à habitação, sendo este último assoalhado. O balcão de acesso ao piso de habitação é o elemento mais marcante da fachada e é, por vezes, alpendrado. É de notar que, em aldeias localizadas em encostas de maior inclinação, o balcão deixa de ser necessário, já que é possível fazer o acesso direto à loja e ao piso de habitação. A cobertura é de duas águas, com telha cerâmica de canudo nas zonas de granito, e com lousas dispostas em escama nas zonas de xisto. Em zonas mistas é comum ver uma camada de xisto disposta entre o topo da parede e a cobertura em telha, que se supõe ter a função de melhorar a impermeabilização das paredes.



F34 (à esquerda): Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Vila Soeiro.

F35 (ao centro): Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Valezim.

F36 (à direita): Casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Videmonte.



F37 (à esquerda): Casa do Tipo A em alvenaria de xisto, no Fontão.

F38 (à direita): Casa do Tipo A em alvenaria de xisto, em Casal do Rei.



F39 (à esquerda): Casa do Tipo A em alvenaria mista de granito e xisto, com balcão, em Videmonte.

F40 (ao centro): Casa do Tipo A em alvenaria mista de pedra rolada de granito e xisto, em Verdelhos.

F41 (à direita): Pormenor do uso do xisto entre a parede de alvenaria e a telha, em Alvoco da Serra.

O interior das casas varia consoante a sua dimensão. As mais simples são apenas constituídas por uma divisão, que corresponde a uma sala comum e tem uma zona onde se cozinha, que pode ou não ser rebaixada, e é comumente reforçada na loja. Não existia chaminé nestas habitações, razão pela qual o interior se encontra normalmente enegrecido pelo fumo. O único outro espaço existente é a alcova, onde dorme a família, espaço de reduzidas dimensões e sem janelas. As divisórias são feitas, nestas habitações, em madeira à vista. O material da cobertura fica à vista no interior, não existindo qualquer revestimento da estrutura de madeira que suporta o telhado. Outras casas, de maior dimensão, contam com um corredor que distribui para os vários espaços, aqui divididos com taipa rebocada. Em alguns casos, mais abastados, existem também tectos de madeira, mas, regra geral, o material da cobertura fica exposto no interior.



F42 (à esquerda): Casa do Tipo A em alvenaria de granito, de maiores dimensões, em Vila Soeiro.

F43 (à direita): O pormenor da cobertura, à vista no interior, com as lousas dispostas em escama sobre a estrutura de madeira, numa habitação no Fontão.



F44 (à esquerda): Interior de uma casa do Tipo A em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.

F45 (ao centro): Parede em madeira da alcova de uma casa do Tipo A em alvenaria de xisto, no Fontão.

F46 (à direita): Pormenor do reforço na loja, sob a cozinha, numa casa do Tipo A em alvenaria de granito, em Valezim.

O facto de na Serra da Estrela existirem zonas de xisto e de granito implica também a existência de zonas de transição. Como já foi referido, nestas áreas a construção caracteriza-se pela utilização de peças maiores de granito em redor dos vãos e nos cunhais, fazendo-se o enchimento com peças de xisto.

O excerto da *Arquitectura Popular em Portugal* que se segue descreve com precisão as habitações mais simples e mais comuns do Tipo A.

O largo emprego da pedra – granito ou xisto –, travado este por cunhais de granito nas áreas de transição; as casas de planta rectangular, embora sem grande regularidade, dominando as de dois pisos, o primeiro dedicado aos animais e às alfaias, prolongado em eidos e quintais, e o segundo à habitação; as escadas exteriores, de pedra; os telhados de telha solta de canudo, ou de placas de xisto; a ausência de chaminés; e os interiores escuros e desconfortáveis, em geral com uma sala comum onde se cozinha no chão, e algumas alcovas diminutas e sem janelas; eis os aspectos salientes da Arquitectura, em quase todo o território das beiras, Alta e Baixa.

A lareira é o fulcro da habitação. Aí se preparam as refeições frugais, se aquecem os corpos enregelados pelo Inverno, se convive, se fuma a carne de porco e se seca a lenha, ou as castanhas, nos caniços que em certas sub-regiões a encimam. ¹⁰⁸

¹⁰⁸ Francisco Keil do Amaral et al, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 243 e 244.

Associados a povoações mais desenvolvidas, existem edifícios de três pisos e escada interior, com varanda no último piso – semelhantes aos identificados na APP como Tipo D (casa do Paul), ainda que por vezes com algumas variações no que toca à alvenaria e, em casos mais raros, rebocados.



F47 (à esquerda): Casa do Tipo D em alvenaria de pedra rolada de granito e xisto, com fachada rebocada, em Unhais da Serra.

F48 (ao centro): Casa do Tipo D em alvenaria de xisto, em Verdelhos.

F49 (à direita): Casa do Tipo D em alvenaria de granito, em Melo.

Alguns abrigos de pastores que existem na Serra da Estrela são também semelhantes aos exemplos mais simples do Tipo B, essencialmente pelo facto de terem apenas um piso e, por vezes, apresentarem telhado de colmo, ainda que nunca com a cimalha de granito característica do Montemuro.

Todos estes tipos são, com mais ou menos detalhe, referidos na *Arquitectura Popular em Portugal*, não só para a Serra da Estrela, mas para a região em estudo na Zona 3. Existem, no entanto, casas com determinadas características que parecem ser diferenciadoras o suficiente para poderem formar um novo tipo, já que a sua inclusão nos apresentados se torna redutora. São estas as casas das povoações localizadas em zonas xísticas de encostas íngremes, onde se destacam, nas imagens seguintes, Vasco Esteves de Cima e Casal do Rei, povoações onde estas construções abundam particularmente, e Fontão, onde apesar de a maioria das casas ser do Tipo A, a presença deste tipo diferenciado é também notória. Estas habitações têm vários pisos, sendo a sua unidade mais habitual a de três pisos e meio – a loja, mais dois pisos e sótão – em que quase todos têm acesso direto a partir da rua, fruto da inclinação do terreno e da estrutura dos povoados em que estas se encontram.



F50 (à esquerda): Vista geral de Vasco Esteves de Cima, onde são notórios os edifícios em alvenaria de xisto de maior dimensão.

F51 (à direita): Encosta sul do Fontão, onde se destacam algumas construções em alvenaria de xisto de maior dimensão.



F52 (à esquerda): Vista geral de Casal do Rei, onde são notórios os edifícios em alvenaria de xisto de maior dimensão.

F53 (à direita): Casa em Casal do Rei, com acesso direto a partir do espaço público a pelo menos três pisos.

A construção em alvenaria de pedra com recurso ao xisto é muito mais facilmente adaptada ao terreno, dada a dimensão reduzida das peças – o transporte é mais fácil que o do granito, bem como a sua manobrabilidade. Isto permite a construção de paredes curvas e as coberturas a vários níveis. As coberturas destas construções são geralmente de apenas uma água, constituída por placas de xisto dispostas umas sobre as outras, sobre uma estrutura de madeira. Este material, normalmente castanho ou pinho, é utilizado também nas torças ¹⁰⁹

¹⁰⁹ Nome dado à verga na região em estudo.

dos vãos, no pavimento e nas divisórias interiores. A compartimentação interior, também ela diferente das zonas de granito, é marcada pela comunicação direta dos espaços interiores entre si ¹¹⁰. É comum nas habitações de xisto encontrar varandas de madeira associadas a uma fachada recuada em taipa. Esta última característica é comum ao Tipo D, podendo por vezes a fachada destas casas apresentar semelhanças no aspecto geral. No entanto, as outras características referidas, fruto do local onde se encontram, diferenciam este novo tipo dos apresentados pelos arquitectos que levaram a cabo o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. Para facilitar a sua referência futura, dá-se a este novo tipo o nome de Tipo X, uma vez que é exclusivo da construção em xisto.



F54 (à esquerda): Casa do Tipo X em alvenaria de xisto, parcialmente rebocada, com quatro pisos e meio, em Vasco Esteves de Cima.

F55 (à direita, em cima): Alçado lateral da casa do Tipo X da imagem da esquerda, onde o deterioramento do reboco vai revelando a alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.

F56 (à direita, em baixo): Casa do Tipo X, com três pisos e meio, no Fontão.

¹¹⁰ Eduardo Osório Gonçalves, *Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela*, 1985, p. 10.

Sobre as casas e os seus tipos na Serra da Estrela, a *Arquitectura Popular em Portugal* não faz referências específicas, apresentado apenas algumas imagens como exemplo de características que vão sendo apresentadas. A maior parte das conclusões relativa à distribuição dos diferentes tipos de casas pelo território é retirada do mapa tipológico, presente no capítulo anterior. No entanto, este é bastante geral e referente a toda a Beira Alta e Beira Baixa, razão pela qual se apresenta, no final deste capítulo, um mapa da Serra da Estrela com as referências localizadas, quer as da APP, quer as que são feitas por este trabalho.

Os elementos em destaque

As varandas, destacadas pelos arquitectos que realizaram o Inquérito na Zona 3 como principal característica desta região, existem também na Serra da Estrela, ainda que não sejam tão frequentes nas habitações mais humildes. No território em estudo destaca-se, principalmente, o balcão, nas inúmeras formas e variantes que este pode tomar. Seja de maior ou menor dimensão e altura, com ou sem influências eruditas, suportado por pilares ou maciço, com ou sem guarda ou alpendre, este é o elemento que configura o espaço-transição entre a casa e a rua, o espaço privado e público, quebrando a monotonia das fachadas.



F57 (à esquerda): Varanda envidraçada em casa em alvenaria de granito, em Alvoco da Serra.

F58 (à direita): Varanda envidraçada em Melo.

Os únicos elementos com um propósito estético que se encontram nas habitações mais humildes são as floreiras, duas simples peças de pedra – seja granito ou xisto – que se destacam da fachada, ladeando aquela que é, em muitos casos, a única janela da casa. A função das floreiras é, como o nome indica, a de colocar vasos de flores que embelezavam as fachadas, dando cor e vida às sóbrias construções características desta região.



F59 (à esquerda): Balcão maciço sem guarda, em casa de alvenaria de granito em Linhares da Beira.

F60 (ao centro): Balcão com pilar e guarda, em casa em alvenaria de granito em Videmonte.

F61 (à direita): Balcão alpendrado com guarda e acesso à loja, em casa de alvenaria de granito em Valezim.



F62 (à esquerda): Balcão com pilar e guarda, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Alvoco da Serra.

F63 (ao centro): Balcão alpendrado com passagem por baixo, com balaustrada de madeira, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Linhares da Beira.

F64 (à direita): Balcão alpendrado com guarda, de influências eruditas, em casa em alvenaria de granito em Valezim.

Também é possível encontrar na Serra da Estrela elementos como os cachorros no encurtamento de um lintel, ou as namoradeiras no lado interior da janela de casas em alvenaria de xisto. Outros elementos que interessam notar são as goteiras, peças de grande porte que rematam o beirado de um telhado junto à fachada e assumem grande destaque pelo seu tamanho, que parece desenquadrado da escala das casas em que se encontram.



F65 (à esquerda): Janela com floreiras em casa em alvenaria de xisto, no Fontão.

F66 (ao centro): Janela com floreiras em casa em alvenaria mista de granito e xisto, em Valhelhas.

F67 (à direita): Janela com floreiras em casa em alvenaria de xisto, em Vasco Esteves de Cima.



F68 (à esquerda): Goteira em granito entre duas casas em alvenaria mista de granito e xisto, em Videmonte.

F69 (ao centro, em cima): Pormenor da goteira em granito das casas de Videmonte.

F70 (ao centro, em baixo): Pormenor da goteira em granito da casa de Valezim.

F71 (à direita): Goteira em granito na extremidade do beiral de uma casa em alvenaria de granito, em Valezim.



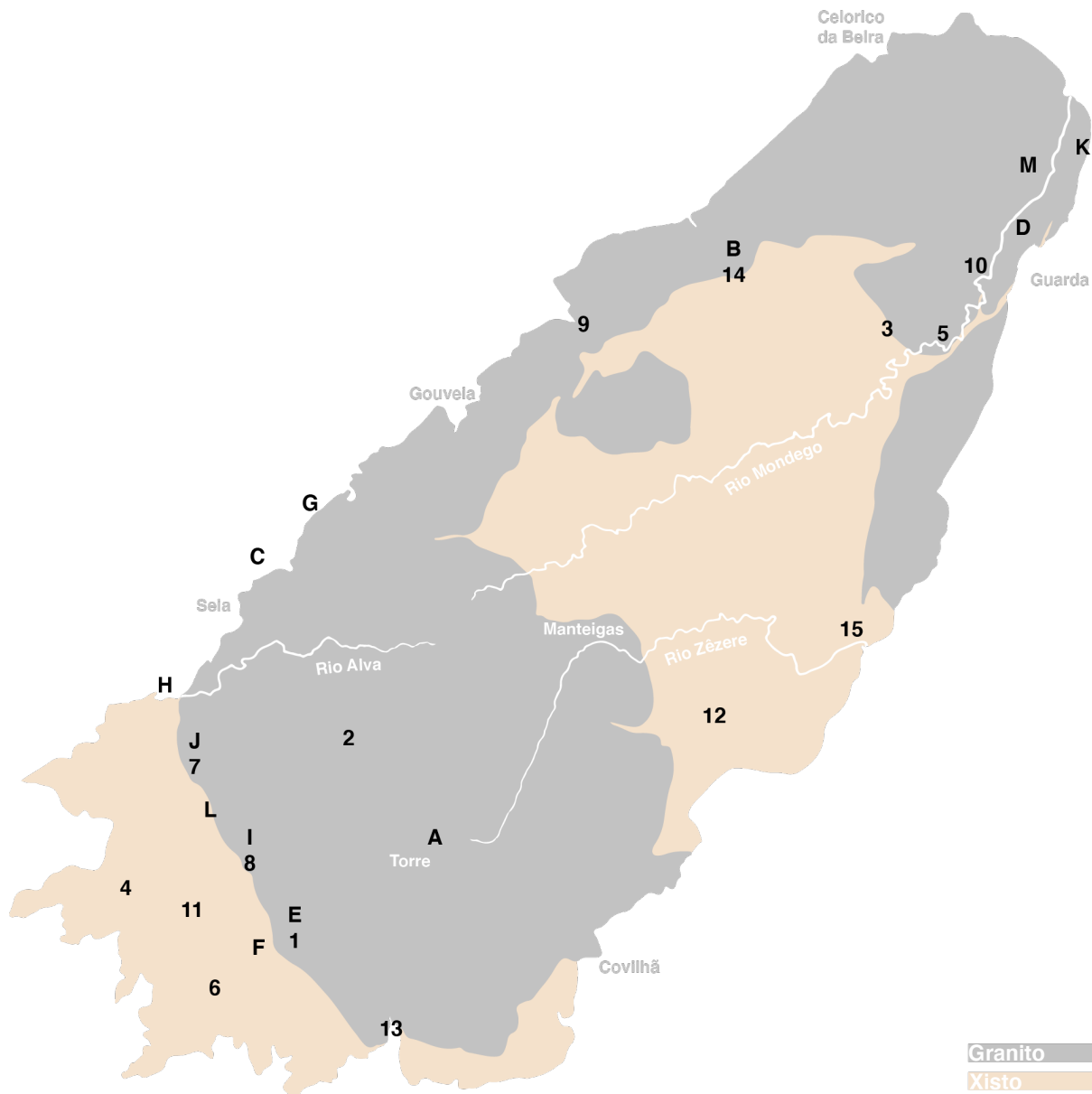
F72 (à esquerda): Balcão alpendrado fora do comum, que resulta do vazamento de parte do primeiro piso da casa, em Alvoco da Serra.

F73 (ao centro): Cachorros em granito utilizados sob o lintel do vão de uma passagem entre duas ruas, em Vila Soeiro.

F74 (à direita): Janela com namoradeiras, onde é também visível o pormenor da torça de madeira encima o vão, em casa em alvenaria de xisto, no Fontão.

Ainda em relação àquilo que a obra *Arquitectura Popular em Portugal* documenta da Serra da Estrela, apresentam-se bastantes imagens. Expõem-se fotografias de paisagem, do inóspito maciço central da Serra e do fértil vale do Mondego, junto à Guarda. Noutros casos, é mostrada a implantação de algumas povoações de montanha, como é o caso de Alvoco da Serra, Loriga ou Valezim, assim como pormenores do espaço público, no Outeiro da Vinha e Santa Marinha. Apresentam-se também fotografias de casas exemplificativas, como é o caso de Linhares da Beira, Outeiro da Vinha e Vila Cova à Coelheira, e outras de construções de apoio à agricultura, de que é exemplo Arrifana e Malha Pão, bem como imagens de pormenores das construções, em Cavadoude e Alvoco da Serra.

O mapa da página seguinte permite localizar geograficamente as referências utilizadas, na Serra da Estrela, pelos arquitectos que estudaram a Zona 3 do Inquérito. Estas estão identificadas com letras e por ordem de referência na *Arquitectura Popular em Portugal*. É também assinalada, com números, a localização das referências utilizadas ao longo desta dissertação, produto do trabalho de campo. A sua ordem é a mesma pela qual foram apresentadas ao longo do trabalho.



F75: Mapa geológico ¹¹¹ do Parque Natural da Serra da Estrela, sobre o qual se localizam as referências feitas em *Arquitetura Popular em Portugal*, com letras, e na presente dissertação, com números.

Torna-se assim possível estabelecer uma comparação entre o que foi registado pelo Inquérito e aquilo que é, ainda hoje, passados 60 anos, passível de ser encontrado no território em estudo. Confirma-se neste mapa a pouca incursão do Inquérito nos vales de xisto do sudoeste, onde se encontraram as casas do Tipo X, nomeadamente em Casal do Rei (4), Fontão (11) e Vasco Esteves de Cima (6).

¹¹¹ O mapa geológico que se apresenta é simplificado, uma vez que existem vários tipos de granitos e xistos. No entanto, considerou-se pouco relevante para o trabalho realizado a especificação de todos esses tipos.

As letras e números identificados no mapa correspondem a referências aos seguintes locais:

Na *Arquitectura Popular em Portugal*:

- A** – Maciço central (Torre).
- B** – Linhares da Beira.
- C** – Arrifana.
- D** – Vale do Mondego (a jusante).
- E** – Alvoco da Serra.
- F** – Outeiro da Vinha.
- G** – Santa Marinha.
- H** – Vila Cova à Coelheira.
- I** – Loriga.
- J** – Valezim.
- K** – Cavadoude.
- L** – Malha-pão.
- M** – Aldeia Viçosa.

Ao longo do trabalho:

- 1** – Alvoco da Serra.
- 2** – Maciço central (Lagoa Comprida).
- 3** – Videmonte.
- 4** – Casal do Rei.
- 5** – Vale do Mondego (a montante).
- 6** – Vasco Esteves de Cima.
- 7** – Valezim.
- 8** – Loriga.
- 9** – Melo.
- 10** – Vila Soeiro.
- 11** – Fontão.
- 12** – Verdelhos.
- 13** – Unhais da Serra.
- 14** – Linhares da Beira.
- 15** – Valhelhas.

4.3. O vernáculo da Serra da Estrela

Feita a análise da arquitectura popular da região beirã, com base na obra *Arquitectura Popular em Portugal*, e o mesmo trabalho para a Serra da Estrela, com base na mesma obra, bem como no *Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela* e no trabalho de observação *in loco* das características que são ainda visíveis, prossegue-se para a resposta à pergunta que motivou este trabalho:

Existe uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela?

Para responder, comparam-se os parâmetros que constam da análise da arquitectura popular das Beiras e da Serra da Estrela, na expectativa que a distinção entre ambas permita a definição de uma arquitectura vernácula do território em estudo, que se destaque sobre o seu pano de fundo. Procura-se uma arquitectura própria da Serra da Estrela, circunscrita aos seus limites, que faça uso dos seus materiais e das suas técnicas e, ao mesmo tempo, se distinga da arquitectura beirã. Como já foi referido, a definição de uma arquitectura vernácula implica a determinação dos seus limites, quer na referência ao território a que esta arquitectura pertence, quer nas características que a definem e distinguem.

Na região beirã, como na Serra da Estrela, a **agricultura** é a principal condicionante da **ocupação humana**. Por ser a principal atividade de sustento daqueles que habitavam este território, é a localização dos solos mais férteis que constitui o fator de maior importância na implantação de um povoado. Se a Serra da Estrela se poderia distinguir aqui pela sua situação de montanha, propensa a maiores declives e diferentes soluções, nomeadamente nos vales do sudoeste, tal não acontece. Nas serras adjacentes à Estrela e com as mesmas características xísticas – o Açor e a Lousã – a ocupação humana é semelhante. A utilização de socalcos também é comum a outras regiões, bem como a implantação das construções na sua relação com os cursos de água e os melhores terrenos para cultivar. A agricultura que se pratica na Serra da Estrela também não é diferente da generalidade da região beirã, tanto na sua prática de subsistência como nas culturas que são cultivadas.

A irregularidade que marca a **estrutura dos povoados** das Beiras também é notória na Serra da Estrela, fruto na autoconstrução e falta de planeamento urbano. A generalidade das povoações estrutura-se a partir de rua principal, tendo apenas um largo que está associado à igreja. Esta última, bem como o solar, são os únicos elementos de destaque da maioria dos povoados desta região, pela sua escala e aspecto geral. No entanto, em algumas partes da Serra da Estrela, estas estruturas assumem formas mais contidas. A maioria das povoações

mais pequenas, normalmente localizadas em áreas remotas no interior da Serra, têm igrejas de dimensão inferior ou capelas, sendo os exemplos eruditos muito raros. Quando estes existem, assumem geralmente uma proporção e sobriedade que os camufla no aspecto geral das aldeias, sendo só identificáveis pela presença de alguns elementos de carácter decorativo ou pela utilização do reboco. As aldeias existentes nas encostas íngremes do sudoeste da Serra, em que a pedra local é o xisto, distinguem-se das outras povoações da Serra da Estrela pela sua estrutura ainda mais densa, bem como pelos seus caminhos estreitos em rampa ou, por vezes, em escada. Mas, uma vez mais, esta estrutura não é diferente da que se pode encontrar em locais com características semelhantes, nas serras do Açor e da Lousã.

Sobre os **materiais e técnicas construtivas**, o paradigma é o mesmo. Se noutras zonas da região beirã há locais pontuais onde se encontram materiais distintos, a Serra da Estrela mais não é que uma amostra do que abunda no resto das Beiras. Uma mescla de granito, xisto, castanho e pinho, em que se constrói em alvenaria da pedra existente no local, se usa a madeira nos pavimentos, na estrutura do telhado, nas portas e janelas e, em substituição da pedra, nas vergas das construções em xisto. As coberturas são em xisto, quando se constrói em alvenaria de xisto, e em telha cerâmica de canudo, quando se constrói em alvenaria de granito. Destacam-se algumas construções de alvenaria mista, em que são adotadas soluções peculiares, como o uso de grandes peças de granito em redor de uma janela, sobre uma torça de madeira de uma porta, ou o uso do granito como reforço dos cunhais só num dos lados; ou num dos pisos, resultado de uma adição. No entanto, estas características não constituem diferença suficiente para se apresentarem como elementos vernáculos, nem serão desta região únicos; na verdade, mais não deverão ser que resultado de ampliações que não seguem a técnica original, ou tentativas de valorizar esteticamente as construções, dando origem a hibridismos.

Quanto às **construções da arquitectura popular**, não existe também diferença em relação ao existente na restante região beirã. Destacam-se na Serra da Estrela: os palheiros de apoio à agricultura e à pecuária, especialmente nos terrenos agrícolas mais distantes das habitações; as azenhas, junto aos cursos de água, onde se fazia a moagem dos cereais cultivados; os abrigos de pastores, especialmente importantes nos territórios de altitude, mais afastados das povoações. Estes últimos assumem por vezes características locais, como acontece nos Casais de Folgoso, zona de planalto, onde se pratica a agricultura e pastorícia, junto ao rio Mondego. Aqui, as construções em alvenaria mista de granito e xisto têm uma cobertura de colmo, pouco comum no contexto da Serra da Estrela, mas que se

pode encontrar, com formas até mais complexas, noutros pontos da região beirã, como a Serra de Montemuro.

No que às **casas e os seus tipos** diz respeito, mais uma vez, a Serra da Estrela é espelho da realidade geral das Beiras. A casa do Tipo A é, como no resto da região, a mais comum, existindo em alguns locais apontamentos do Tipo D, dada a proximidade ao Paul, localizado na Beira Interior, entre as serras da Estrela e da Gardunha. De novo, os vales de xisto do sudoeste marcam pela diferença no contexto do território em estudo. É aqui que se encontra uma habitação que se considera ter as diferenças necessárias para constituir um tipo distinto daqueles que são identificados na obra *Arquitectura Popular em Portugal*. No capítulo anterior nomeou-se este último como Tipo X, que consiste numa construção em alvenaria de xisto, com vários pisos, que, por estar implantada em encostas de elevado declive, tem acesso direto a (quase) todos os pisos. A inexistência de referência a estas construções na APP, nem mesmo integradas nos restantes tipos apresentados, poderia indicar tratar-se de arquitectura vernácula. É um tipo arquitectónico com características diferenciadoras da arquitectura que a rodeia e implantado dentro de um limite definido. No entanto, nada têm estas construções de diferenciador das que se encontram em aldeias com condições semelhantes nas serras do Açor e da Lousã.

Quanto aos **elementos em destaque**, a Serra da Estrela marca também pela sua simplicidade. O mais comum, salvo quando o popular apresenta influências eruditas, é que os pormenores decorativos sejam praticamente inexistentes. Se a varanda se destaca na região beirã, na Serra esta ocorre menos e com uma expressão mais contida. O destaque, sobre as simples fachadas das casas, vai para os balcões, que assumem variadas formas nesta região, mas nenhuma que se destaque do existente nas Beiras. Como já foi referido, os únicos elementos que demonstram preocupação com o embelezamento das casas são as floreiras, mas estas não são exclusivas da Serra da Estrela, nem tão-pouco da região beirã.

Se diferenças houvesse com relevo suficiente para serem mencionadas, seriam acima de tudo referentes à simplicidade que, no geral, a Serra da Estrela apresenta face à Zona 3 do Inquérito, em si mesma já marcada pela frugalidade e sobriedade da sua arquitectura. No entanto, não é certo que sempre assim tenha sido. Esta afirmação pode ser falaciosa, na medida em que se compara uma arquitectura da região beirã registada no final dos anos 50, com um levantamento feito às povoações que integram o Parque Natural da Serra da Estrela no princípio dos anos 80, e aquilo que ainda existe hoje e pode ser observado *in loco*. Falamos de um primeiro momento coevo do princípio das alterações profundas que se fizeram sentir

no modo de vida das populações e, conseqüentemente, na sua forma de habitar e construir nas aldeias, e de um segundo que, passados 20 anos, corresponde já à alteração profunda destes núcleos populacionais, entretanto desvirtuados. Finalmente, um terceiro, que corresponde ao presente, em que o território é profundamente marcado pela desertificação, sendo muitas as aldeias que já não têm nenhum habitante, apesar de, no que à arquitectura concerne, já existir algum cuidado com a construção, numa tendência crescente de valorização do tradicional e da sua adaptação a novos usos. A comparação destes três momentos implica o cuidado de nunca esquecer as condicionantes associadas a cada um dos mesmos.

As construções que se preservam até aos dias de hoje, ainda que muitas vezes em ruína, poderão ser espelho do mais pobre e simples que se fazia, com menos condições, e que, por esses motivos, foram abandonadas em primeiro lugar e não sofreram alterações que as adulterassem. No entanto, nas povoações que, como um todo, ainda hoje permanecem quase intocadas, não há qualquer sinal de que a regra não fosse, efetivamente, a simplicidade. Quase todas as casas são de uma enorme frugalidade, correspondendo na sua maioria à unidade básica do Tipo A. Distinguem-se algumas povoações que, pelas suas raízes, têm uma forte presença de arquitectura histórico-representativa, como Melo ou Linhares da Beira. No entanto, são exceções e não a regra deste território, e nenhuma tem características locais que a distingua de outros exemplos eruditos existentes na região beirã.

Conclui-se, portanto, que *não existe uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela*. Ainda que existam tipos e expressões que se destacam da generalidade da região beirã, estas não são exclusivas do território em estudo, mas sim comuns a outras zonas com condições semelhantes, sejam de ordem geológica, geomorfológica, climática ou das atividades humanas. Interessa, portanto, perceber *porque não existe uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela?*

A resposta à pergunta começa com outra questão: *porque seria de esperar a existência de uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela?*

A altitude e a geomorfologia são os principais fatores diferenciadores deste território, bem como o clima, decorrente destes dois e das influências associadas à sua posição geográfica. Estas condições climáticas poderiam determinar a existência de uma construção vernácula, neste caso correspondente a uma arquitectura popular adaptada às condições que se fazem sentir, que são extremas quando comparadas com as da restante região beirã. No entanto, e sendo essas condições exceção e não regra, estes fatores são determinantes não para o

aparecimento de uma arquitectura própria, mas antes para a não ocupação humana desses territórios. O facto de quase nenhuma povoação se localizar acima dos 900 metros de altitude é prova disso, tendo sido estes fatores notados pelos arquitectos que realizaram o Inquérito, numa citação que já foi apresentada e aqui se repete, pela sua pertinência.

(...) em plena serra da Estrela, fora das áreas onde as invernias expulsaram os homens, foi ao longo das linhas de água, em cujas imediações viceja de preferência o milho grosso, que se localizaram e organizaram as habitações humanas e dos animais domésticos. ¹¹²

A Serra da Estrela destaca-se, mas não pela originalidade das suas soluções arquitectónicas, antes pelo contrário. Várias são as características existentes na região beirã que são parcas na Serra da Estrela, que não conta com praticamente nenhuma solução diferenciada ou de propósito decorativo. No que à arquitectura diz respeito, a Serra da Estrela toma a forma e a técnica dos territórios que a rodeiam, ao invés de funcionar como um todo, distinto destes. A montanha – mais precisamente o seu maciço central – funciona como barreira. As zonas de maior altitude, não povoadas, constituem um obstáculo à sua unidade. Assim, finaliza-se esta procura por um vernáculo próprio de montanha com a mesma frase de Orlando Ribeiro que iniciou este trabalho.

(...) as montanhas, se podem opor uma barreira aos fenómenos do clima, e portanto à decorrente vegetação e economia, formam em si mesmas um todo, ainda que quando assaltem os seus flancos influências vindas de lados opostos. ¹¹³

¹¹² Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 263.

¹¹³ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 2011 [1945], p. 194.

Condicionamentos e soluções diferentes são aspectos inseparáveis na Arquitectura regional da Beira. O fenómeno é comum, de resto, a todas as regiões diferenciadas do País e do Mundo. Nem doutro modo teria sentido a restrição imposta ao substantivo “Arquitectura” com o adjectivo “Regional”, restrição que envolve limites territoriais, mas ao mesmo tempo uma relação íntima com os factores naturais e os de intervenção humana que concretizaram uma região e a distinguem de outras. ¹¹⁴

¹¹⁴ Francisco Keil do Amaral *et al*, *Arquitectura Popular em Portugal*, 2004 [1961], vol. 1, p. 261.

5. Conclusão

5.1. Os limites do vernáculo

Em arquitectura, a definição de vernáculo não é consensual. Para uns, é sinónimo de primitivo, para outros, não passa de um sinónimo de popular. No entanto, é certo que a arquitectura vernácula é aquela que é própria de um lugar.

O preconceito com que se iniciou a dissertação que agora se conclui considerava a definição de vernáculo apenas no seu sentido primitivo, isto é, como uma arquitectura de base popular, livre de influências que alterem o seu *Genius Loci*¹¹⁵. Era, portanto, reconhecida a existência de limites na definição do conceito, tanto relativos à área a que o vernáculo se refere, como ao facto de se negar a evolução por via da introdução de influências externas a esta.

Apesar de, na generalidade, corroborar aquilo que se entendia como vernáculo em arquitectura, a revisão bibliográfica – em especial as discrepâncias entre as definições apresentadas por diferentes autores – espoletou também uma visão crítica sobre o tema. É o processo de compreender como se estuda a arquitectura popular e a erudita, e o seu cruzamento com as definições de vernáculo, que leva a um reconhecimento da dimensão histórica deste conceito. E é com este reconhecimento que se inicia o processo de alteração na percepção do vernáculo. No entanto, a integração da dimensão histórica leva a uma flexibilização do que se considera vernáculo, o que introduz também o risco da sua adulteração. É isto que leva à necessidade de visitar os seus limites.

Perante o reconhecimento da evolução com base na introdução de influências externas, face à impossibilidade de negar a sua existência, considera-se a redefinição dos limites de vernáculo e a introdução do fator exclusividade – ainda que de uma forma não absoluta. É a sua aplicação prática, através da procura por uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela, que permite compreender o conceito na forma para o qual a percepção evoluiu.

Partiu-se para este trabalho com a expectativa de que seria possível identificar as características que constituiriam uma arquitectura vernácula própria da Serra da Estrela. O processo expectável era o de uma recolha e levantamento de informação, através do trabalho de campo, dos exemplos mais simples – e, portanto, menos sujeitos a influências externas – da arquitectura popular deste território. Isto permitiria a criação de uma base tipológica que,

¹¹⁵ *Genius Loci* é uma expressão em latim que significa espírito do lugar, e é entendida como a identidade do local, que o individualiza, distinguindo-o de outros.

sendo própria da Serra da Estrela, definiria o seu vernáculo, que se distinguia da globalidade do popular por se assumir como primitivo.

A introdução da possibilidade de influências externas e, conseqüentemente, da dimensão histórica na arquitectura vernácula desconstrói este processo, já que deixa de se referir apenas ao primitivo. Assim, o conceito de vernáculo aproxima-se da sua origem etimológica, passando a ser definido como aquilo que é próprio de um território e, por isso, o distingue de outros. A arquitectura vernácula torna-se um elemento que define uma identidade. É esta necessidade de distinção associada ao conceito que leva à ideia de exclusividade. Assim, os limites ganham uma nova dimensão, que pode ser física ou, até, temporal, e implica a definição do espaço do qual essa arquitectura é própria.

Na procura de uma arquitectura vernácula da Serra da Estrela, passou a estar implícito também o estudo da região em que esta se insere, no sentido de compreender em que é que este território se destaca, isto é, *reconhecer o que é próprio da arquitectura da Serra da Estrela*, se é que existe. Desta forma, é o confronto com a arquitectura da região beirã, através do trabalho levado a cabo no Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, que permite chegar à conclusão de que a Serra da Estrela não é palco de uma arquitectura própria, já que não existem características que a distingam, quer das Beiras, como um todo, quer de outros locais na região que gozam de características semelhantes às do território em estudo. Assim, talvez fosse possível identificar uma arquitectura vernácula das Beiras, ou uma arquitectura vernácula das aldeias de xisto, que incluísse as serras da Estrela, do Açor e da Lousã; ou até uma arquitectura vernácula das regiões de alta montanha, em que se incluíam as regiões de maior altitude de serras como a Estrela e o Montemuro, entre outras. Estas são meras possibilidades, que necessitariam ser comprovadas por trabalhos que a elas em específico se dedicassem, mas dentro das quais se incluiriam partes ou o todo da Serra da Estrela.

São os limites dentro dos quais se notam as mesmas características, quase sempre fruto de imposições semelhantes do meio ambiente, que definem a possibilidade de falar de um vernáculo em arquitectura. Verifica-se o contrário daquilo que se assumia aquando do começo desta investigação, em que se faria o trabalho inverso: primeiro a definição dos limites da área em estudo e só depois a definição das suas características próprias. Não é possível identificar o *Genius Loci* de uma área por nós delimitada, mas sim compreender o limite desse *Genius Loci*.

6. Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de – **Arqueologia da Serra da Estrela**, 1ª edição, Manteigas: Instituto da Conservação da Natureza, 1993.

AMARAL, Francisco Keil do *et al* – **Arquitectura Popular em Portugal**, 4ª edição, Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004 [1961].

AMARAL, Francisco Keil do – “**Uma Iniciativa Necessária**” in *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, nº 14, Lisboa, 1947.

ANASTÁCIO, Maria Amélia Cabrita; MARAT-MENDES, Teresa – “**Inquéritos à arquitectura popular em Portugal: uma aproximação metodológica**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

ANDRADE, Emílio *et al* – “**Desportos de Inverno na Serra da Estrela. Contribuição para o Estudo da sua Viabilidade.**” in *Finisterra*, vol. 27, nº 53-54, 1992.

Disponível em: <http://geoprodig.cnrs.fr/items/show/69778>.

CALDAS, João Vieira – **A Arquitectura Rural do Antigo Regime no Algarve**, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, 2007.

CARDOSO, Alexandra; MAIA, Maria Helena; LEAL, Joana Cunha – “**Arquitectura popular em Portugal. Valores expressivos: o espaço-transição**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

CARVALHO, Alexandra – **Hidrogeologia ambiental da região do Parque Natural da Serra da Estrela (setor de Seia-Torre-Covilhã): uma abordagem multidisciplinar**, Tese de Doutoramento em Geociências, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, 2013.

DAVEAU, Suzanne – **Dois mapas climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade, contrastes térmicos.**, 1ª edição, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980.

DAVEAU, Suzanne – “**Structure et relief de la Serra da Estrela**” in *Finisterra*, vol. 4 nº 8, 1969.

Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis2482>

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – dicionario.priberam.org/erudito
[consultado em 10/09/2021].

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – dicionario.priberam.org/popular
[consultado em 10/09/2021].

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – dicionario.priberam.org/vernaculo
[consultado em 10/09/2021].

FERNANDES, Francisco Barata – ***Transformação e Permanência na Habitação Portuguesa – As formas da Casa na Forma da Cidade***, 1ª edição, Porto: FAUP Publicações, 1999.

FERNANDES, Jorge; MATEUS, Ricardo; BRAGANÇA, Luís – “**Arquitetura vernácula portuguesa: lições de sustentabilidade para a arquitetura contemporânea**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

GOMES, Francisco Portugal e – “**Crítica à «grelha C.I.A.M.» e «Arquitetura Popular em Portugal»**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

GONÇALVES, Eduardo Osório – ***Levantamento do Património Arquitectónico e Urbanístico do Parque Natural da Serra da Estrela***, 1ª edição, Seia: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1985.

JANSEN, Jan *et al* – “**Fire, a strong landscape shaping element in the Serra da Estrela (Portugal).**” in *NNA-Berichte* 10(5), 1997b. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/257486899_Fire_a_strong_land_shaping_element_in_the_Sierra_da_Estrela_Portugal

JORGE, Pedro Fonseca – “**A arquitetura popular como transição entre o vernáculo e o erudito – uma tentativa de definição dos diferentes contextos arquitetónicos de raiz não-erudita**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

LEAL, João – ***Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no século XX Portugêis***, 1ª edição, Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2009.

LEAL, João – “**Os arquitectos em contexto: tematizações do popular no Século XX português**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

LESPARRE, Daniel; CRESPO, Eduardo – ***A Herpetofauna do Parque Natural da Serra da Estrela***, 1ª edição, Viseu: CISE – Município de Seia, 2008.

MARTINS, Elisabete – ***Geologia, Morfologia e Vegetação na Serra da Estrela. Aplicações Didácticas***, Tese de Mestrado, Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, 2006.

MENDES, José Casimiro *et al* – ***O Clima de Portugal. Normais climatológicas da região de "Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior" correspondentes a 1951- 1980***, 1ª edição, Lisboa: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 1991.

MONTEIRO, Leandro – ***A habitação vernacular beirã – A arquitetura bioclimática do passado rural português***, Tese de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2017.

MORA, Carla *et al* – “**Daily Minimum air temperatures in the Serra da Estrela, Portugal.**” in *Finisterra*, Vol. 36 Nº71, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1647>

NOVO, Pedro – pedronovo.pt/arquitectura-sem-arquitectos, 2013 [consultado em 20/09/2021].

Parque Natural da Serra da Estrela – **Plano de Ordenamento – Relatório Ambiental**, 2008.
Disponível em: <https://silo.tips/download/parque-natural-da-serra-da-estrela-relatorio-ambiental>

PRISTA, Marta Lalanda – “**A memória de um inquérito na cultura arquitectónica portuguesa**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

REIS, Jorge de Vasconcelos Teodósio Nunes dos – “**Tradição e modernidade. Do movimento moderno à contemporaneidade**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

RIBEIRO, Orlando – **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico**, 8ª edição, Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011 [1945].

RODRIGUES, Adriano Vasco *et al* – **Património Natural e Cultural da Serra da Estrela**, 1ª edição, Coimbra: Liga de Amigos de Conimbriga, 2008.

RUDOFISKY, Bernard, **Architecture without Architects** – New York: The Museum of Modern Art, 1964.

TÁVORA, Fernando – “**O problema da casa portuguesa**” in *ALÉO*, ano IV, série IV, nº 9, Lisboa, 1945.

TEIXEIRA, Manuel C. – “**Popular, tradicional, regional, português, nacional**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

TEIXEIRA, Vera Patrícia Moreira; FERREIRA, Nuno Paulo Soares – “**Tipologia da casa rural na freguesia de Vermoim**” in *Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, 1ª edição, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2016.

TELES, Gonçalo Vieira – **Geomorfologia dos Planaltos e Altos Vales da Serra da Estrela. Ambientes frios do Plistocénico Superior e dinâmica actual**, Tese de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

VASCONCELOS, José Leite de – **Etnografia Portuguesa**, Lisboa: Imprensa Nacional, vol. – 1 a 3, 1933b-1936-1941.

Website Geopark Estrela – geoparkestrela.pt/geopark/biodiversidade [consultado em 01/08/2021].

Website Geopark Estrela – geoparkestrela.pt/geopark/geodiversidade [consultado em 01/08/2021].

Website Geopark Estrela – geoparkestrela.pt/geopark/historia-e-cultura [consultado em 15/10/2021].